

# CALA BOCA JÁ MORREU

Às vésperas do aniversário do Golpe de 1964, Bolsonaro tenta censurar manifestações políticas no Loolapalooza, mas artistas rechaçam manobra. Ninguém silencia o povo

FORA  
BOLSONARO



Arte: Nathalie Nascimento

focus  
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 4 de Abril de 2022 Nº 52

Marco Aurélio Carvalho: Bolsonaro ameaça democracia

PT salvou economia: a melhora do mercado de trabalho

Escândalo: Planalto coloca um privatista na Petrobrás

A morte do genial artista gráfico Elifas Andreatto



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

#### CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

#### SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude), Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

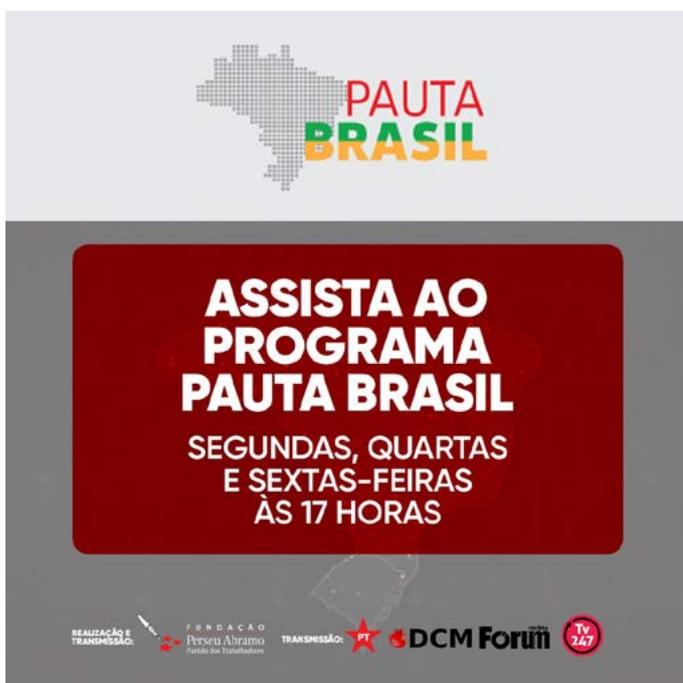
#### CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



NESTA EDIÇÃO

# ARTISTAS E JOVENS RECHAÇAM BOLSONARO E SEU GOVERNO DA MORTE

Ao tentar calar os protestos contra o governo e o apoio espontâneo a Lula no festival Loolapalooza, Bolsonaro e o PL tomam uma invertida e assistem a uma grita geral contra o mais nefasto governo da história do Brasil.

Página 11

Arte: Nathalie Nascimento



**EDITORIAL.** A eleição é a oportunidade para o país voltar a se reconstruir

Página 4

**ENTREVISTA.** Marco Aurélio Carvalho diz que não há mais espaço para a censura

Página 6

**AUTORITÁRIO.** Mais uma vez, Bolsonaro critica STF e volta a elogiar a ditadura

Página 14

**ESTADISTA.** No Rio, Lula defende a democracia em ato com Grupo de Puebla

Página 15

**TERCEIRA VIA.** Moro joga a toalha e deixa Podemos; Doria erra em manobra

Página 17

**OPINIÃO.** Reginaldo Lopes diz que se pode comemorar 31 de março

Página 18

**ELEIÇÕES.** Governo patina em popularidade é por causa da economia

Página 20

**MEIO AMBIENTE.** País pode voltar a ter protagonismo ambiental

Página 22

**ECONOMIA.** Como Lula e Dilma salvaram o Brasil: aumentando emprego

Página 25

**ARTIGO.** Nem confiança, nem comida. A armadilha da política fiscal suicida

Página 29

**TRABALHO.** Reforma laboral da Espanha pode ser um modelo para o Brasil

Página 30

**GREVE.** Trabalhadores de aplicativos param, mas sem forte adesão da categoria

Página 31

**PETROBRÁS.** Bolsonaro indica privatista inimigo da estatal para a direção

Página 32

**DESMONTE.** Lava Jato mirou a empresa, ceifando empregos e investimentos

Páginas 33

**MEMÓRIA.** PEC das Domésticas, prisão de Lula e nascimento de d. Marisa

Página 34

**TRIBUTO.** Morre o artista gráfico Elifas Andreato, que denunciou a ditadura

Página 36

**ARTIGO.** Juventudes, hora de irmos às urnas para derrotar Bolsonaro

Página 40



Ricardo Stuckert

# NÃO É SÓ UMA ELEIÇÃO

Aloizio Mercadante

**N**ão é só uma eleição. Em outubro, o Brasil estará diante de uma encruzilhada histórica e a derrota do autoritarismo e de todos os valores primitivos que Bolsonaro expressa passa não só pela unificação da esquerda, mas também pela construção de uma ampla frente democrática e pela força da mobilização popular. Bolsonaro segue ameaçan-

do o STF, o TCU, questionando as urnas e fomentando um clima de confronto para não reconhecer a provável derrota eleitoral que se aproxima.

A polarização está consolidada e Lula voltou a percorrer o Brasil. O primeiro ato foi simbólico e marcou o retorno do ex-presidente a Curitiba, onde ficou preso injustamente por 580 dias, para a filiação do ex-governador Roberto Requião ao Partido dos Trabalhadores. Também no Paraná, ele visi-

tou um acampamento do MST, onde foi recebido nos braços da militância.

No Rio de Janeiro, Lula cumpriu uma agenda de estadista tendo se encontrado com importantes lideranças da América Latina e da Espanha. Ele recebeu o apoio entusiasmado do ex-primeiro-ministro José Luiz Rodríguez Zapatero, que é reconhecidamente um importante líder da social-democracia europeia.

Lula também se encontrou com a vice-presidenta da Espa-

nha e ministra do Trabalho, Yolanda Díaz, que liderou a negociação tripartite e a aprovação da revisão da reforma trabalhista na Espanha. Ela é hoje a política mais popular daquele país e discutiu com Lula o impacto da nova legislação trabalhista.

Ele recebeu ainda o apoio do ex-secretário da Unasul Ernesto Samper – também ex-presidente da Colômbia –, além do presidente da Argentina, Alberto Fernández. Lula também foi saudado pelo ex-presidente Rafael Correa (Equador), em um seminário sobre democracia e desigualdade na América Latina.

Ainda na capital fluminense, Lula cumpriu uma agenda cultural intensa e encontrou artistas do país, como Martinho da Vila, Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Lenine, Paulinho da Viola e outros. A visita ao Rio foi coroada com um show na Mangueira, em que Chico Buarque levantou uma toalha com o rosto de Lula e o teatro Vivo Rio cantou “Olé, olé, olé olá... Lula, Lula”, com uma energia espontânea da militância impressionante.

Merece destaque ainda a participação de Lula no festival de comemoração de 100 anos do PCdoB com dirigentes históricos da esquerda. Lula é visto como a grande liderança popular do país e a esperança do país.

Na Bahia, Lula esteve em mais um ato forte no lançamento da candidatura de Jerônimo Rodrigues (PT) ao governo e para a consolidação de uma aliança de mais sete partidos no estado. Com esse movimento, Lula começa sua caminhada pelo Brasil, mobilizando e dando energia à militância e ampliando alianças na defesa da democracia.

Enquanto isso, a chamada terceira via desmorona. Sergio Moro, que foi apresentado como a grande candidatura da mídia comercial, não conseguiu montar

um único palanque. Ele fez uma viagem pífia à Europa, não apresentou qualquer projeto e terminou traindo o Podemos, que o acolheu ao se filiar de forma completamente isolada e patética em um novo partido.

Um juiz suspeito, totalmente desmoralizado na Justiça e agora na política, sendo obrigado a mudar o domicílio eleitoral de forma humilhante para uma candidatura ao Congresso Nacional, em busca da imunidade parlamentar.

O outro nome da terceira via, João Doria, em um ato de deses-

## A POLARIZAÇÃO ESTÁ CONSOLIDADA E LULA VOLTOU A PERCORRER O BRASIL. É ELE QUEM MOBILIZA O PAÍS, CONSTRUINDO UMA FRENTE EM DEFESA DA DEMOCRACIA

pero, ameaçou sair do PSDB para tentar impor ao partido uma candidatura atolada nos 2%. Nenhum líder e nenhum dirigente, com exceção do presidente do partido, se posicionaram ao lado de Doria. Isso mostra o isolamento dele no próprio partido.

Já Eduardo Leite abandona a reeleição e fica no partido em que foi derrotado nas prévias, orientado por Aécio Neves. O ex-governador de Minas segue

tentando outro golpe, agora no próprio PSDB. Por fim, Ciro Gomes termina sem aliança e nenhuma capacidade de articulação, em voo de galinha.

No outro extremo, Bolsonaro vive imenso desgaste. As reações dos artistas à tentativa de censurar o festival Lollapalooza tornaram o evento uma concentração massiva de jovens a céu aberto gritando “Fora Bolsonaro” e “Lula lá”. Isso mostra que a mobilização espontânea e a força das ruas avançam muito forte na defesa de Lula. Além disso, na semana que marca a data do Golpe de 1964, Bolsonaro e seu provável vice voltam a defender a ditadura, com uma ameaça velada ao STF, ao TCU e ao estado democrático de direito.

Daí porque insistimos que a disputa eleitoral segue marcada pelo desmoronamento da terceira via e pelo fracasso do seu antibolsonarismo tardio. A polarização está consolidada. Bolsonaro está esgotando os gigantescos recursos fiscais que despejou para tentar reverter sua derrota ante Lula.

O problema dele é que a inflação segue elevada, o custo de vida está corroendo a renda dos mais pobres, os juros altos jogaram 30% da população na inadimplência. Como se não bastasse, a pobreza, o desemprego e a fome por toda parte seguem impedindo que o ex-capitão consiga avançar no eleitorado.

Enquanto isso, Lula segue vencendo todos os candidatos em qualquer cenário. É ele quem mobiliza o país, consolidando a aliança de esquerda, ampliando seu apoio ao centro e fortalecendo uma candidatura que moverá o pêndulo da história para reconstruir o país, com o combate à fome e ao desemprego, com justiça social, soberania, desenvolvimento sustentável e a defesa incondicional da democracia. •

# “A CENSURA NÃO EXISTE EM UM REGIME DEMOCRÁTICO”

Advogado e um dos coordenadores do Prerrogativas se diz preocupado com a falta de contenção de Bolsonaro, que mantém ataques permanentes ao Judiciário e ao Estado Democrático de Direito. A tentativa de calar artistas e críticos ao governo mostram a sombra do arbítrio. “Não se pode mais tolerar os ataques de Bolsonaro. Ele não tem limites”, alerta

**Alberto Cantalice e  
Pedro Camarão**

**O**s ataques de Jair Bolsonaro ao regime democrático e ao Poder Judiciário voltaram. Primeiro, ocorreu a absurda tentativa de censurar manifestações políticas de artistas que participaram do Festival Lollapalooza, no último final de semana. O PL de Jair Bolsonaro acionou o TSE após a cantora Pablla Vittar desfilarem entre o público agitando uma toalha com o rosto do ex-presidente Lula.

O fato de um ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Raul Araújo, ter concedido liminar tentando constranger os artistas é um dos pontos mais preocupantes. A opinião é do advogado

Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do Prerrogativas. Ele avalia que a posição do ministro causa “preocupação”.

Embora o próprio Raul Araújo tenha revogado a decisão, alegando que foi induzido a um erro, Marco Aurélio alerta: “É necessário ficar atento à régua utilizada pelo ministro para tomar suas decisões”. Antes disso, o ministro autorizou que a manutenção de outdoors com mensagens de apoio a Bolsonaro. “São dois pesos e duas medidas”, observa.

A tentativa de censura acabou fazendo com que mais artistas se manifestassem ainda com mais força durante o evento. Apesar da insatisfação, Bolsonaro não tratou mais do assunto. Porém, desde então, suas aparições pú-

blicas vêm sendo recheadas de novos ataques à Constituição e ao Judiciário.

O comportamento autoritário e antidemocrático do presidente da República é recorrente. O problema é que Bolsonaro segue impune. Na opinião do advogado, que é sócio fundador da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, afastaram Dilma Rousseff uma presidenta, legitimamente eleita, sem qualquer crime de responsabilidade. E o atual presidente dá mostras reiteradas de crimes de responsabilidade e outros.

“Isso é mais grave, porque sequer instaurasse um processo de afastamento contra um presidente que comete crimes de responsabilidade quase que diariamente”, critica. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:



Divulgação

**Focus Brasil – Na semana passada, o Partido Liberal sigla de Bolsonaro, acionou o TSE para censurar manifestações políticas no festival Lollapalooza. Qual é a sua avaliação sobre essa tentativa de volta da censura?**

**Marco Aurélio Carvalho** – Recebi com muita preocupação e com muita indignação a notícia de que o presidente da República acionou o Tribunal Superior Eleitoral numa tentativa de intimidar e de censurar a classe artística do país. Não podemos mais conviver com esse tipo de postura autoritária num regime democrático e em um Estado de direito. Isso revela um equívoco de dupla dimensão. A tentativa de censura é inaceitável no regime democrático. E o presidente parece não perceber isso. Ele tem pouco apreço pelas instituições e pelo Estado de direito. O outro equívoco é de natureza política: a tentativa de censura acabou, na verdade, alimentando

a classe artística a se manifestar de forma ainda mais contundente. A comunidade jurídica recebeu com indignação e perplexidade a notícia dessa medida e, por outro lado, com espanto porque revela esse duplo equívoco.

O triste episódio abre uma janela de oportunidade para que o Tribunal Superior Eleitoral, reafirmando a sua competência, possa ratificar os princípios e vetores da ordem constitucional vigente do nosso regime democrático. É isso o que se espera. É preciso um recado forte do tribunal de que esse tipo de atitude não será tolerada. O tribunal precisa manter no país as condições normais de “temperatura e pressão” para as disputas de natureza eleitoral.

**– O ministro, que havia decidido censurar os artistas, acabou revogando a própria decisão. Ele alegou que o advogado do PL o induziu ao erro.**

– Com absoluta franqueza, não acredito que houve qualquer tipo de indução a erro. A petição do advogado constituído pelo presidente Jair Bolsonaro é de uma clareza indiscutível. O que se pretendia de fato era calar a classe artística, impedir manifestações de cunho político em eventos públicos. O precedente, caso, eventualmente, a medida tivesse êxito, seria preocupante para o regime democrático. Não tenho nenhuma dúvida. Acho que a medida foi bastante clara. Vimos um equívoco por parte do ministro quando tomou essa decisão mesmo que em caráter liminar, mas de toda sorte, reviu essa posição. Ele merece, portanto, nosso reconhecimento e aplauso. As pessoas não podem, sobretudo em funções públicas, ter qualquer tipo de compromisso com o erro. Foi um ato de grandeza acabar reconhecendo o equívoco e tentar corrigi-lo. Mas foi um equívoco de

grandes proporções. Se, eventualmente, essa medida tivesse êxito, seria uma ameaça muito grave à nossa democracia. Criaria um precedente muito delicado.

Agora, o que causa espanto é que esse mesmo ministro tomou outra medida, no nosso entender, com todo o respeito, absolutamente equivocada em relação a um episódio muito preocupante: os outdoors instalados em apoio ao presidente Jair Bolsonaro, em diferentes cidades do país, com cunho indiscutivelmente eleitoral. Isso ocorreu antes das eleições, configurando, portanto, campanha antecipada e, eventualmente, até abuso de poder econômico. Então, precisamos acompanhar as decisões do ministro para entender com que régua, com que métrica ele se conduz. Há uma contradição. Em uma situação flagrantemente ilegal, ele teve uma postura extremamente condescendente, generosa e contemporizadora. Já numa situação escandalosa, ele, em caráter liminar, acaba tomando uma decisão que poderia criar um precedente muito preocupante.

**– Esse caso das manifestações políticas no Lollapalooza deve ser utilizado pela extrema-direita para alegar “legitimidade” das ideias absurdas, como se tudo fosse apenas opinião política. Quais os limites para a liberdade de expressão e de expressão.**

– A liberdade de expressão, que é um direito sagrado garantido pela Constituição, não pode em hipótese alguma ser justificativa para o cometimento de ilícitos de natureza eleitoral ou eventualmente até para o cometimento de crimes contra a honra, seja quais forem, calúnia, difamação ou injúria. Muito pelo contrário, a liberdade de expressão tem limites claros num regime democrático, estabelecidos pela Constituição. O desrespeito a esses limites não pode ser

tolerado porque provoca prejuízos irreparáveis até para a própria democracia.

**– Mas os limites da liberdade de expressão estão claros ou é necessário que o Judiciário faça uma reafirmação para que fique claro o que é permitido e o que não é?**

– Os limites da liberdade de expressão no nosso país estão claramente definidos no texto da Constituição de 1988. E não podem ser flexibilizados, qualquer que seja o

## CAUSA ESPANTO. O MESMO MINISTRO QUE CENSURA ARTISTAS FOI OMISSO COM OS OUTDOORS DE CAMPANHA PRÓ-BOLSONARO ESPALHADOS

pretexto. É realmente preocupante que o presidente esteja de forma recorrente ameaçando a ordem democrática, a ordem constitucional vigente, com o pretexto de se manifestar sobre tais e quais assuntos. A liberdade de expressão não pode, em hipótese alguma, ser abrigo para o cometimento de delitos contra a honra, de delitos de natureza eleitoral ou quaisquer que sejam os delitos. Ela não pode ser uma espécie de “guarda-chuva”, uma justificativa. Eu não posso utilizar a liberdade de expressão

como justificativa para ofender as pessoas, para ameaçar as instituições ou para defender ideias que, de alguma forma, não estejam abrangidas pelos contornos que a própria Constituição define para as manifestações de pensamento no nosso país.

**– O presidente voltou a fazer declarações ameaçando desrespeitar a Constituição e ameaçando o sistema democrático. Ele chegou a dizer que “cumprir a Constituição chega a dar embrulho no estômago”. Mais recentemente, fez ataques ao STF. Não deveria haver algum tipo de punição?**

– Não há a menor dúvida. A gente vive uma situação paradoxal no Brasil. Tivemos no passado recente o afastamento de uma presidenta, Dilma Rousseff, legitimamente eleita, sem qualquer tipo de crime de responsabilidade que justificasse o impeachment, o que é de fato muito grave. Estamos vivendo, no atual momento, uma circunstância ainda mais inusitada. Há um número enorme de delitos sendo cometidos pelo presidente da República que poderiam, ou melhor, que deveriam ser capitulados como crimes de responsabilidade e nem sequer deram ensejo à instauração de um procedimento de afastamento. Então, é muito grave. Temos um presidente que comete diariamente crimes de responsabilidade, mas que não tem sequer um processo instaurado contra si. Podemos dizer que tão grave quanto afastar um presidente sem crime de responsabilidade, é ter um número enorme de crimes de responsabilidade sem que haja ao menos o início de um processo de afastamento. É isso o que nós estamos vivendo no Brasil. Diariamente, Bolsonaro atenta contra a ordem democrática, contra a independência e contra a autonomia dos Poderes. Ao que parece, ele não tem limites.

Esse tipo de conduta deveria ser repreendido de forma veemente pelo Supremo Tribunal Federal, evidentemente, mas em especial, pela Câmara dos Deputados. Na Câmara, há uma centena de pedidos de afastamento. O presidente da Câmara deveria, minimamente, instaurar algum para que o conjunto de deputados pudesse se debruçar sobre os pedidos e analisar a conveniência e a oportunidade de dar seguimento a um deles que seja.

**– Aparentemente, Bolsonaro conseguiu se proteger graças ao apoio de Arthur Lira e do procurador-geral Augusto Aras, que atrapalha o avanço de investigações contra o governo.**

– Sem dúvida. Vivemos um momento extremamente delicado. Não temos precedentes na história da nossa jovem democracia de um governo que tenha instrumentalizado tanto as instituições como este. Bolsonaro instrumentalizou a Polícia Federal, colocou em posições estratégicas delegados com os quais lideranças do governo mantêm relação de muita proximidade, o que põe em xeque o próprio papel da PF. Esse governo nomeou um procurador-geral que não tem dado prosseguimento a denúncias dos mais variados tipos e espécies que estão sendo apresentadas contra o próprio presidente, mas também contra líderes do seu governo. Bolsonaro capitulou as instituições. Isso nunca havia acontecido na nossa história em um grau tão preocupante como o que estamos vivendo. É realmente constrangedor perceber que a Polícia Federal, que é uma polícia de Estado, tenha virado uma polícia de governo. A polícia do partido que atende a interesses absolutamente circunstanciais, a interesses políticos e eleitorais desse grupo instalado no governo. E é igualmente constrangedor ver uma instituição como a Procuradoria Geral

da República, que merece respeito, reconhecimento e aplauso, capitular também. Isso é muito triste. Estamos vivendo no Brasil uma situação muito, mas muito preocupante.

**– Qual é a sensação de viver nesse país, sob essas condições?**

– Olha, é uma vergonha. O Brasil nunca foi motivo de tanta descrença, descrédito diante da comunidade internacional. Já fomos a sexta economia do mundo, conseguimos enfrentar e erradicar a fome e a miséria, dando

## VIVEMOS UMA VERGONHA. O BRASIL NUNCA FOI MOTIVO DE TANTA DESCRENÇA E DESCRÉDITO DIANTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL. É CONSTRANGEDOR

exemplo ao mundo de que era possível enfrentar esse tema tão sensível. Conseguimos liderar o maior programa de inclusão de famílias com distribuição de renda, recolocação no mercado de trabalho. Lideramos uma revolução na área educacional. Hoje, estamos vivendo dias que entristecem não só a nós, brasileiros, mas também a todos aqueles que têm carinho pelo país. É constrangedor. E a comunidade jurídica, de um modo geral, olhando a nossa

situação, sabendo da importância que o Brasil tem para o mundo, fica muito preocupada também porque os exemplos são ruins.

– Que exemplos?

– Como eu disse, de instrumentalização das nossas instituições, de politização exacerbada do Judiciário e de judicialização da política. São faces perversas da mesma moeda: o ativismo judicial. De um lado, a judicialização da política. Do outro, a politização do Judiciário. Infelizmente, decisões jurídicas sendo guiadas por interesses econômicos, por interesses políticos, notadamente, eleitorais. E isso preocupa, evidentemente, a todo e qualquer cidadão que continua acreditando na democracia como melhor sistema e modelo para enfrentar as mazelas da humanidade.

**– O Judiciário tem condições de conter ou asfixiar uma movimentação golpista de Bolsonaro?**

– Não há a menor dúvida. Esse é um dos papéis do Judiciário. É claro que a gente não defende o ativismo judicial. Nós acreditamos que o Judiciário tem que se circunscrever aos limites das competências que foram definidas para esse importante Poder da República. Mas, na atual circunstância, não existe outro freio possível para conter os arroubos de natureza autoritária que são recorrentemente veiculados por esse governo e seus aliados. Então, o Judiciário tem um papel importante de freio, de contenção. Hoje, o Supremo Tribunal Federal, em especial, tem sido muito importante para a defesa da democracia no país. Nós não podemos deixar de reconhecer isso.

**– O processo eleitoral de 2022 corre o risco de ser muito judicializado a partir do que vimos no Lollapalooza?**

– Não tenho a menor dúvida.

Bolsonaro não respeita nenhuma regra. Ele costuma, inclusive, impor para qualquer disputa regras próprias. Então, não há a menor dúvida de que vai ser uma campanha muito judicializada, com fake news em larga escala, propaganda eleitoral antecipada, abuso de poder econômico... Temos que ficar em estado permanente de alerta e vigilância. As demonstrações que Bolsonaro tem dado à sociedade são de que não vai respeitar regras estabelecidas para a disputa das eleições. Isso é claro. Um número enorme de "motociatas", com gastos exorbitantes de dinheiro público sem qualquer tipo de justificativa, sem qualquer tipo de amparo legal, tem ocorrido.

– **Fora o uso da máquina...**

– A instrumentalização de determinados programas de governo com interesses eleitorais, a utilização de estruturas e aparatos do Estado para obtenção de informações e criação de cadastros... Sim. São vários exemplos. Então, é um número enorme de condutas que comprovam que Bolsonaro não vai respeitar as regras eleitorais. A gente tem que permanecer, como disse, de olhos abertos. Acho que essa é a tarefa. Não vai ser uma eleição fácil. Será extremamente delicada. Mas temos um legado para defender e um país para reconstruir e reconciliar. E a grande esperança é que o ex-presidente Lula, que foi reabilitado do ponto vista jurídico e eleitoral, hoje franco favorito para vencer essas próximas eleições, vai trazer para o país a paz que precisamos. Vai trazer a segurança jurídica que o país precisa para continuar a caminhar, para voltar a crescer e tudo o mais

– **E a condenação de Dallagnol? Gostaria de perguntar sobre as doações que ele recebeu.**

– Deltan Dallagnol deveria come-

morar a decisão da Justiça que o obrigou a pagar R\$ 75 mil ao ex-presidente Lula. Nada será suficiente para reparar os prejuízos à honra de Lula e sua família. Nem tão pouco, nada será suficiente para reparar o prejuízo de 580 dias de privação de liberdade. Não existe dinheiro no mundo que possa reparar o prejuízo de uma prisão injusta. Mais do que o prejuízo à honra, é um prejuízo que sentimos na pele. E ainda tem o prejuízo provocado para a sociedade. O Brasil foi priva-

## EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO, A CONDUTA DE DELTAN TERIA SIDO PENALIZADA COM SUA PRISÃO. ELE E MORO CAUSARAM PREJUÍZOS AO PAÍS POR MUITOS ANOS

do de votar livremente em 2018. Lula era o franco favorito, assim como é hoje. Então, trata-se de um prejuízo que jamais poderá ser reparado. Diante de tantos prejuízos, Deltan tem mais é que comemorar a decisão. Porque ela foi, realmente, muito tímida. Em qualquer país do mundo, uma conduta como a dele seria penalizada com a prisão. O procurador deveria estar preso pelo que fez. Junto com o Moro, Deltan é um dos grandes responsáveis pela eleição do Bolsonaro. Ele ainda

quebrou o país. O Dieese mostrou que a República de Curitiba provocou prejuízos de R\$ 172 bilhões e o fechamento de quase 4,5 milhões de postos de trabalho. Já com relação às vaquinhas, o que estamos pedindo é que se aplique a mesma régua. O que foi feito nos episódios anteriores que recolheram recursos para o pagamento das multas estabelecidas na Ação Penal 470, no chamado "Mensalão", deveria ser aplicado agora. A Receita Federal, a Polícia Federal, os aparatos de fiscalização e controle do Estado têm que instaurar procedimentos para apurar essas doações que Deltan Dallagnol recebeu. Quem está financiando o procurador?

– **E o ex-juiz Sergio Moro, que abandonou a candidatura à Presidência?**

– É difícil imaginar que ele possa se apeguar ainda mais. É um sujeito que entrou para a história pela porta dos fundos, cumprindo um papel muito feio, defendendo interesses que, seguramente, não são nacionais e muito menos republicanos. Agora, o que Moro está demonstrando é um apego enorme ao poder. Sabendo que não tem condição de liderar a tal "terceira via" porque lhe falta voto, além de caráter e outras coisas, ele resolveu disputar eleições proporcionais para se esconder no abrigo de um mandato parlamentar. É um sujeito vaidoso. Essa conduta dele é bastante reveladora. No fundo, no fundo, tudo aquilo que a gente denunciava, aos olhos agora da sociedade está se comprovando. É um sujeito que tem, realmente, um projeto de poder. É extremamente calculista e está tendo aquilo que merece. Em breve, vai ser esquecido. O espaço relegado a ele na história é, com certeza, um espaço muito triste. Ninguém tem dúvida disso. •



**LIBERDADE DE EXPRESSÃO** A cantora Pabbllo Vittar chacoalha a bandeira com o rosto de Lula no festival Loolapalooza

# ESBIRROS AUTORITÁRIOS

Partido de Bolsonaro tenta calar na Justiça Eleitoral protestos contra o governo. Esforço de restabelecer a Censura acabou saindo pela culatra. No Loolapalooza, público e artistas evocaram o brado da resistência e esculacharam o presidente: Fora, Bolsonaro

**Bia Abramo**

**O** que falta? Que alguns poucos não nos atrapalhem. Se não tem ideias, cala a boca. Bota a tua toga e fica aí. Sem encher o saco dos outros. Como atrapalham o Brasil". O "cala boca" proferido por Jair Bolsonaro justo no dia 31 de março, aquele em que o presidente da República e seus colaboradores comemoram o aniversário do Golpe de 1964, em vez

de lamentar, fez um estranho eco à tentativa de censura a artistas e músicos que se manifestaram contra o governo no Lollapalooza no final de semana anterior.

Na primeira noite do festival, sexta-feira, 25 de março, a estrela Pabbllo Vittar puxou um "Fora, Bolsonaro" e fez o gesto que simboliza o "L" de Lula com os dedos. Não satisfeita, a artista e cantora, ainda, pegou uma bandeira de Lula de alguém na platéia e desfilou a empunhando.

O gesto da Pabbllo, umas das atrações nacionais mais aguardadas daquela noite, apenas deu início a uma enxurrada de protestos e de manifestações que contaminaram várias outras atrações do festival, levantaram o público e chegaram a mobilizar a Justiça Eleitoral. Naquela mesma noite, a cantora Marina Sena, radicada em Londres, mais tarde saiu-se com um "fuck Putin, fuck Bolsonaro".

Foi o que bastou para que o fantasma da censura prévia aos espetáculos públicos rondasse



**PAPO RETO** O rapper Emicida abriu o seu show, no Lollapalooza, com um brado: “Ei Bolsonaro, vai tomar no c\*\*”

o Autódromo de Interlagos, em São Paulo. No dia seguinte, em pleno sábado, 26, atendendo a um pedido de advogados do Partido Liberal, ao qual Jair Bolsonaro é filiado e vai concorrer às eleições de outubro, o ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral, considerou que as manifestações espontâneas e legítimas de artistas configurariam propaganda eleitoral antecipada. E, portanto, não poderiam ser permitidas, sob pena de pagamento de multa R\$ 50 mil.

A cantora Anitta, que na última semana se tornou a artista brasileira mais tocada em todas as plataformas de streaming em todo o mundo com o reggaeton “Envolver”, e tem feito campanha nas redes para incentivar o voto de jovens entre 16 e 18 anos, correu às redes para dizer que pagaria a multa de quem quisesse se manifestar no festival de música.

No Lollapalooza, em franca de-

sobediência à decisão do ministro do TSE, o bordão “fora, Bolsonaro” virou algo tão esperado como o bis nos espetáculos. O rapper Emicida puxou um coro de “ei, Bolsonaro, vai tomar no c\*\*”, depois de discursar também sobre o voto dos mais jovens.

No show dos Detonautas, o vocalista Tico Santa Cruz, além de falar sobre pandemia, chegou a projetar uma foto do presidente no telão na hora do indefectível “Fora, Bolsonaro” gritado pelo público. O presidente se tornou o personagem que todos adoram mostrar ojeriza, provocando reações de repulsa e descontentamento. A banda Fresno também não teve dúvida: emplacou um Fora, Bolsonaro no fundo do palco. O público adorou.

De quase estrepantes em festivais desse porte, como os músicos João e Glória Groove a artistas veteranos, com muita bagagem musical e experiência de vida, como

Lulu Santos, o clima do festival foi protesto e em defesa da liberdade de expressão. Esse foi o tom dos três dias de festival. Mas foi para além daqueles que participaram do Lollapalooza.

Nas redes sociais, a tentativa de censura esquentou os ânimos e o debate pegou fogo. Artistas como Zélia Duncan, Caetano Veloso e Teresa Cristina, entre outros, se pronunciaram em suas redes sociais, criando uma repercussão que chegou a sufocar até mesmo o ato de pré-campanha do próprio Jair Bolsonaro, marcado para o domingo, 27.

O presidente, desprezando conselhos mais prudentes de correligionários, compareceu ao evento e discursou na solenidade com cara de ato de campanha prévio promovido pelo Partido Liberal, do político Valdemar Costa Neto, preso e condenado por corrupção.

Enquanto isso, além das mani-



**CARINHO E REPULSA** Chico Buarque com a toalha de Lula, em show na Mangueira; e a banda Fresno, no Lollapalooza com o bordão mais ouvido no festival de São Paulo, no fundo do palco: repulsa ao presidente

festações individuais, o último dia do festival, no domingo, viu também reações articuladas de artistas expressivos. O cantor Marcelo D2, do Planet Hemp, com apoio do deputado federal e pré-candidato ao governo do Rio Marcelo Freixo (PSB), deu procuração ao advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para que ele tentasse derrubar a liminar.

A empresária Paula Lavigne, à frente do grupo 342 Artes, projeto de combate à censura, lançou campanha nas redes chamada "Cala a Boca Já Morreu", que mobilizou perfis de artistas nas redes sociais contra a decisão do TSE, abraçada por músicos como Roberto Frejat e Daniela Mercury.

A cantora baiana publicou texto em que discutia a sentença do juiz do TSE. "A decisão monocrática do ministro Raul Araújo que proíbe a manifestação dos artistas (que são eleitores) no festival Lollapalooza está de acordo com o que está escrito na resolução 23.671/2021 do próprio TSE?", questionou. "A Constituição não assegura liberdade de expressão ao eleitor? Queremos que o plenário do TSE se manifeste sobre essa decisão que soa como censura à livre manifestação dos eleitores", escreveu Daniela.

Na segunda-feira, o episódio já tinha serenado, uma vez que Raul Araújo, que censurou o festival Lollapalooza a pedido do partido de Bolsonaro, derrubou sua própria liminar, atendendo a pedido de retirada de ação. O PL decidiu recuar depois que o presidente, irritado com a péssima repercussão do caso, se mostrou furioso e ordenou que Costa Netto voltasse atrás.

O episódio, contudo, continuou reverberando nas redes sociais e na imprensa, inclusive estrangeira, como prenúncio do que pode vir a ser tanto a campanha eleitoral de outubro quanto o recrudescimento de tom do bolsonarismo. Na quarta-feira, na esteira da ressaca do bolsonarismo com o Lollapalooza, foi a vez de Chico Buarque pegar uma toalha com a foto de Lula, num show na Mangueira com a presença do ex-presidente e de Dilma Rousseff.

A tentativa canhestra de classificar como propaganda eleitoral antecipada o fato de artistas notoriamente de oposição ao governo e, entre eles, alguns apoiadores de Lula, foi apenas uma espécie de piloto de uma semana francamente ruim para o presidente. Bolsonaro teve de demitir o ministro Milton Ribeiro

(Educação) por suspeita de corrupção. O presidente passou a noite no Hospital das Forças Armadas, por conta de um daqueles desconfortos intestinais que volta e meia o deixam abatido.

Em outros anos, nos dias que antecedem o 31 de março, Bolsonaro sempre aproveitou para fazer demonstrações de força de sua leitura muito particular dos eventos históricos que antecederam o Golpe de 1964. Ele sempre tenta reiterar, entre os seus fanáticos de extrema-direita, a ideia da ordem e progresso que teria sido desfeita, caso o "comunismo" tivesse se instalado naquela ocasião.

Este ano, no entanto, o ex-capitão do Exército, que deixou a força depois de ser preso por tentativa de atentado terrorista no Rio de Janeiro, teve de ouvir a voz das ruas. Artistas e juventude rechaçam o seu governo autoritário em altos brados. Não bastasse isso, Bolsonaro assiste a seus índices de desaprovação subirem nas pesquisas de opinião, E, mesmo afastando o ministro da Educação "terrivelmente evangélico" que vendia favorecimento a troco de barra de ouro, ainda passou a semana agonizando. Não é de admirar que ele ande um nervoso. •



**DESPEDIDA** No Palácio do Planalto, o mercurial Jair Bolsonaro ensaia novos ataques ao STF e exaltação ao Golpe

## BOLSONARO ATACA SUPREMO. DE NOVO

Acuado nas pesquisas de opinião, com popularidade em queda, e crise econômica aguda, o presidente volta às intempéries de sempre. Faz mais elogios à ditadura e critica os ministros do STF

O filme é o mesmo. A locação também. O ator principal é o caricato Jair Bolsonaro. Na saída de nove de seus ministros, o presidente voltou a ensaiar o mesmo filme de sempre. Vomitou ataques aos ministros da Suprema Corte e aproveitou a solenidade de despedida de colaboradores que vão disputar as eleições presidenciais para enaltecer o Golpe de 1964. Uma peça trágica para o Brasil que aspira voltar ser relevante e um sopro de retrocesso na política dos fascistas que vivem no Planalto.

Ao discursar na quinta-feira, 31, na posse de novos ministros, Bolsonaro voltou a insultar o STF e Disse que integrantes da Corte “atrapalham” o país. Ao fim, completou: “Se não tem ideias, cale a boca! Bota a tua toga e fica aí sem

encher o saco dos outros”, disse. Podia ser pior. E foi. Na despedida do ministro da Defesa, General Braga Neto, que soltou a Ordem do Dia falando do marco do Golpe que retirou João Goulart do poder, o presidente extrapolou.

“Hoje, 31 de março. O que aconteceu em 31? Nada. A história não registra nenhum presidente da República tendo perdido o seu mandato nesse dia. Por que então a mentira? A quem ela se presta?”, provocou Bolsonaro. “Tivemos eleições indiretas na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, à luz da Constituição de 1946. Ali, com o voto de Ulysses Guimarães, o Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu o marçal Castelo Branco”, disse.

“Quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem as obras do

governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta”, disse Bolsonaro. “O trabalho daqueles naqueles anos de governo foi difícil também. É uma luta da verdade contra a mentira, da história contra a ‘estória’, do bem contra o mal”.

No Senado, o PT reagiu. O líder Paulo Rocha (PA) subiu à tribuna para desmascarar o presidente. “A democracia é inegociável”, lembrou, apontando que, nos 58 anos do golpe, que mergulhou o Brasil num período tenebroso de restrição de liberdade, censura, prisão, tortura e mortes, não há o que comemorar. “As ameaças a direitos e à democracia do boquirroto que ocupa a Presidência tem uma origem, um fio histórico ligado a 31 de março de 1964. O povo brasileiro não vai permitir que essa ‘página infeliz da nossa história’ se repita”, afirmou Paulo Rocha. •



**"VENCEREMOS"** Diante da plateia na UERJ, Lula defende o desenvolvimento com igualdade e combate à miséria

## NO RIO, LULA REAGE AO AUTORITARISMO

Ex-presidente encerra encontro Democracia e Igualdade, promovido pelo Grupo de Puebla. Sediado na UERJ, símbolo da resistência ao arbítrio, evento chegou a ser questionado na Justiça

Isaías Dalle

A presença de Lula no encerramento do encontro internacional Democracia e Igualdade, sob os aplausos da plateia que lotou o anfiteatro Marielle Franco, na Universidade Estadual do Rio (UERJ), foi mais um episódio de resistência e vitória contra o clima de censura e autoritarismo que se tenta acirrar no Brasil. "Esperem que nós vamos voltar", garantiu Lula, ao final de seu discurso. "Nós venceremos".

A própria realização do encontro, promovido pelo Grupo de Puebla e pela UERJ entre 29 e 30 de março, com apoio de entidades e movimentos parceiros, teve caráter de enfrentamento. Palco das atividades,

a universidade fluminense representa a resistência das instituições públicas de ensino atacadas pelo bolsonarismo.

A UERJ foi, inclusive, palco de resistência ao projeto de lei que propunha sua extinção, apresentado por deputado estadual aliado do presidente da República. O reitor Ricardo Lodi, após dois anos de gestão, anunciou, na quarta-feira, sua descompatibilização do cargo para concorrer a uma vaga de deputado federal.

Além do aspecto simbólico de ter sido sediado na UERJ, o encontro, que reuniu líderes e acadêmicos de diferentes países da América Latina e da Europa, aconteceu sob tentativa de censura. O partido Podemos recorreu à Justiça para impedir a realização do evento, com o

argumento de que se trataria de campanha eleitoral.

Lula, que discorreu sobre contribuições que considera singulares do Brasil para a comunidade internacional, não descuidou dos perigos que rondam a democracia do país. "O papel dos militares não é ficar puxando o saco do Bolsonaro, porque o Bolsonaro não é dono dos militares. Os militares fazem parte de uma instituição do povo brasileiro, para defender o povo brasileiro dos inimigos externos. Não têm que ficar puxando o saco de presidente, nem de Lula, nem de Bolsonaro. Eles têm que estar acima das brigas políticas", disse.

O ex-presidente falou ainda sobre o papel dos militares após lembrar que, numa visão conservadora que se tem da re-



**ATAQUES DO BOLSONARISMO** Ação na Justiça tentou impedir evento realizado pelo Grupo de Puebla na UERJ

lação com seus vizinhos continentais, o Brasil seria uma ameaça, não um parceiro político e comercial. “A nossa fronteira é o desenvolvimento, a igualdade, é combater a miséria juntos”, contrapôs, lembrando que nos governos do PT o Brasil atuou na resolução de conflitos pela via da negociação, como no episódio de criação do Grupo de Amigos da Venezuela, em 2003, junto à Organização de Estados Americanos.

Lula se arriscou a dizer que o conflito entre Rússia e Ucrânia, se tratado no Brasil, teria se resolvido com acordo de paz, numa mesa, após algumas rodadas de cerveja. “Parem com essa guerra. O povo quer emprego, salário, educação, cultura, o povo quer vida e não morte”, afirmou.

Voltando à conjuntura brasileira, o líder político pontuou que é inadmissível que em pleno século 21 haja milhões de pessoas passando fome no Brasil e outros tantos ao redor do mundo. “Há gente montando foguete para ir ao espaço

enquanto pessoas próximas de suas casas estão passando necessidade”, denunciou. As novas tecnologias, afirmou Lula, precisam estar a serviço do combate à desigualdade, o que não acontece hoje. “Quanto ganha esse povo que trabalha para aplicativos, que carrega uma mala de comida nas costas com o estômago roncando de fome?”, criticou.

Com elogios à vice-presidenta e ministra do Trabalho da Espanha, Yolanda Dias, por ter liderado as negociações entre sindicatos de trabalhadores, empresários e governo, que resultaram em nova legislação trabalhista naquele país, Lula prometeu: “Aqui no Brasil a gente vai garantir o direito dos trabalhadores e trabalhadoras”. Yolanda participou do encontro internacional Democracia e Igualdade.

Sem poupar críticas ao governo Bolsonaro por ter desparelhado o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por “montar quadrilhas” nos ministérios da Saúde e da Educação

e promover a venda de empresas estatais – “como não sabem governar, eles só querem vender patrimônio público, não têm coragem de trabalhar” – Lula afirmou que “indignação é a palavra para o que está acontecendo”.

Enquanto isso, durante a semana, marcada por 58 anos do golpe militar e empresarial de 1964, Bolsonaro voltava a colocar em dúvida a lisura do processo eleitoral e chegou a afirmar que haverá resistência em caso de sua derrota. Defendeu também o papel político dos militares.

De olho nas ameaças constantes, o presidente da Fundação Perseu Abramo e um dos coordenadores do Grupo de Puebla, Aloizio Mercadante, defendeu, durante participação no encontro, a necessidade da presença de observadores internacionais no processo eleitoral brasileiro. “Há uma extrema-direita se articulando. Olhem o que aconteceu nos Estados Unidos, na Bolívia”, alertou. •



**MORTE MORRIDA** Sérgio Moro e João Doria ensaiaram até um *pas de deux*, mas a inanição de votos se mostrou fatal

## VELAS NO VELÓRIO DA TERCEIRA VIA

Numa das mais patéticas encenações da história recente, os candidatos à Presidência que queriam furar a polarização choram a própria morte. João Doria e Sergio Moro enterram suas pretensões

**N**as vésperas do prazo final para as movimentações de candidatos nas eleições de outubro, dois movimentos desastrosos mostraram os naufrágio de dois campeões da terceira via. O ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, o candidato da Rede Globo e do Estadão, saiu do Podemos, filiou-se ao União Brasil e decidiu abrir mão de disputar a Presidência da República. No mesmo dia, o governador de São Paulo vazou que iria desistir de tentar o Planalto, alegando uma ação estratégica para reafirmar sua candidatura dentro do próprio partido, o PSDB, que torce o nariz para o empresário dublê de estadista.

Faz sentido. Os dois tentaram se colocar como uma alternativa

entre a candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva e o extremista da direita Jair Bolsonaro. Ambos votaram no presidente da República em 2018. Depois, convenientemente, se afastaram. Agora, vinham sofrendo para se firmar no imaginário do eleitor brasileiro. Moro oscilava entre 7% e 8% nas pesquisas. Doria patinava nos 2%. Os dois nomes do sonho de consumo do mercado e do Partido da Imprensa Golpista não decolaram. Tampouco os outros cogitados, envasados e ensaiados como alternativas a Lula, em ensaios formulados desde 2020.

O balão da terceira via vem sendo soprado há dois anos. Por ali subiram os nomes de Luciano Huck, Luiz Henrique Mandetta, Ciro Gomes, João Doria, Sérgio Moro, Rodrigo Pacheco, Luiz Da-

tena, Eduardo Leite, Artur Virgílio, Simone Tebet, Luiz Roberto D'ávila e Alessandro Vieira. Quase todos abriram mão do sonho. As exceções até agora foram Ciro, Simone Tebet e Eduardo Leite. E Moro, que na sexta, 1º de abril, disse que não desistiu.

Também é o caso do ex-governador gaúcho, que continua de olho na boutique de Doria. Acredita que, até junho, o colega tucano vai ser rifado pelo PSDB, que se cercaria de alguém palatável que ao menos registrasse 10% nas pesquisas. A União Brasil e o MDB fariam o mesmo. O problema é que o eleitorado não pensa da mesma forma. Qualquer nome que se apresenta como terceira via não chega aos dois dígitos nas pesquisas. Cada vez mais, firma-se no horizonte a polarização. •

DITADURA

# DEMOCRACIA SEMPRE, DITADURA NUNCA MAIS

O espectro do autoritarismo circunda os segmentos do governo que ainda, sem cerimônia, comemoram o infame Golpe de 1964, com os retrocessos gigantescos nos campos social, econômico e de direitos

## Reginaldo Lopes

**E**m 31 de março de 1964 o Brasil sofreu um golpe militar que por 21 anos jogou o país nas trevas, com tortu-



ra e assassinatos de dissidentes políticos, arbítrio, obscurantismo e a implementação de um modelo econômico antipopular e subalterno aos interesses estrangeiros. Quase seis décadas depois, o momento atual exige reflexão das forças democráticas e progressistas do país sobre aquele triste momento da história brasileira.

O recente episódio da censura decretada contra artistas no festival Lollapalooza pelo ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral, além de flagrantemente inconstitucional, explicitou que há ainda latentes em segmentos da sociedade e do aparelho do Estado resquícios do entulho autoritário da ditadura militar de 1964.

A decisão do ministro, a partir de pedido do PL, a legenda do ex-capitão Jair Bolsonaro, evoca os tempos sombrios da censura prévia, que se abatia sobre artistas e todos os que se manifestavam pela democracia no Brasil. É inevitável caracterizar a decisão e a ação judicial como manifestações de setores que têm saudades dos anos de chumbo, do regime que fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos, extinguiu partidos e habeas corpus, além de proibir a livre circulação de pessoas.

O espectro do autoritarismo circunda os segmentos que ainda, sem cerimônia, co-

memoram o infame Golpe de 1964, com os retrocessos gigantes nos campos social, econômico e dos direitos, como comprova a nota do Ministério da Defesa em alusão ao golpe, valorizando o regime

de terror dos militares. Bolsonaro e seus seguidores devem se submeter à Constituição e não têm o poder de desconsiderar os dispositivos legais que reconhecem o regime iniciado em 1964 como uma ditadura. Não há nada o que comemorar neste 31 de março.

Os dois eventos – a censura de um ministro do TSE e o 31 de março – não podem ser vistos isoladamente, num momento em que o Brasil busca uma travessia e a sociedade brasileira dá sinais que em outubro, nas eleições presidenciais, vai

# A CENSURA DE UM MINISTRO DO TSE E OS ELOGIOS AO GOLPE NÃO PODEM SER VISTOS ISOLADAMENTE, NO MOMENTO EM QUE O BRASIL BUSCA UMA TRAVESSIA

romper com modelo autoritário e neoliberal atual, para retornar à democracia e, assim, acabar também com o desemprego, a miséria, a destruição ambiental e o desalento.

E, no processo democrático, com a soberania do voto popular, sepultar de vez as tentações autoritárias do governo militar presidido por Bolsonaro, o qual é marcado pela aversão aos debates, aos artistas e à própria democracia. O atual governo alimenta-se na ceva do autoritarismo, do obscurantismo e de práticas lesivas à soberania nacional.

A luta pela democracia custou o sacrifício e a vida de 434 dissidentes políticos, parte deles ainda desaparecidos, além de milhares de indígenas. Tudo isso precisa ser lembrado, para manter vivas na memória as consequências nefastas da ditadura militar para milhões de brasileiros. Nessa luta, os artistas tiveram papel importantíssimo no enfrentamento ao arbítrio, expressando-se nos palcos, na música, na literatura e nas ruas. Agora, o episódio do Lollapalooza evidenciou que o direito à liberdade de expressão é um pilar do Estado Democrático de Direito.

Neste momento, que a defesa da liberdade dos artistas se transforme num marco de resistência nestes tempos sombrios em que ainda pairam no ar tentações autoritárias. Ninguém vai calar a voz do povo e amordaçar a democracia. Censura e ditadura nunca mais! •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



# E A ECONOMIA SÓ PIORA...

Pesquisas mostram contraste entre avaliação do governo e expectativas econômicas. Embora Bolsonaro tenha melhora na avaliação de seu governo, 74% consideram que a inflação vai piorar. E se a culpa é de Bolsonaro, como ele cresceu?

**Matheus Tancredo Toledo**

**A** economia piorou, mas o governo vai bem? Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre as pesquisas recém divulgadas pelos institutos de opinião. O Datafolha e o Poderdata apontam para variações importantes na opinião pública, enquanto o Ipespe mostra situação de estabilidade. O quadro geral é contraditório: a melho-

ra na avaliação do governo de Jair Bolsonaro (PL) é acompanhada de piora nas expectativas da população sobre economia, emprego, renda e inflação.

O Datafolha detectou uma queda na reprovação ao governo e uma variação positiva dentro da margem de erro na aprovação de Bolsonaro desde dezembro de 2021. Naquele mês, 53% da população brasileira avaliou o governo como ruim ou péssimo. O percentual agora é de 46%. No mesmo período, a soma dos que consideram o governo "ótimo" ou "bom" passou de 22% para 25%,

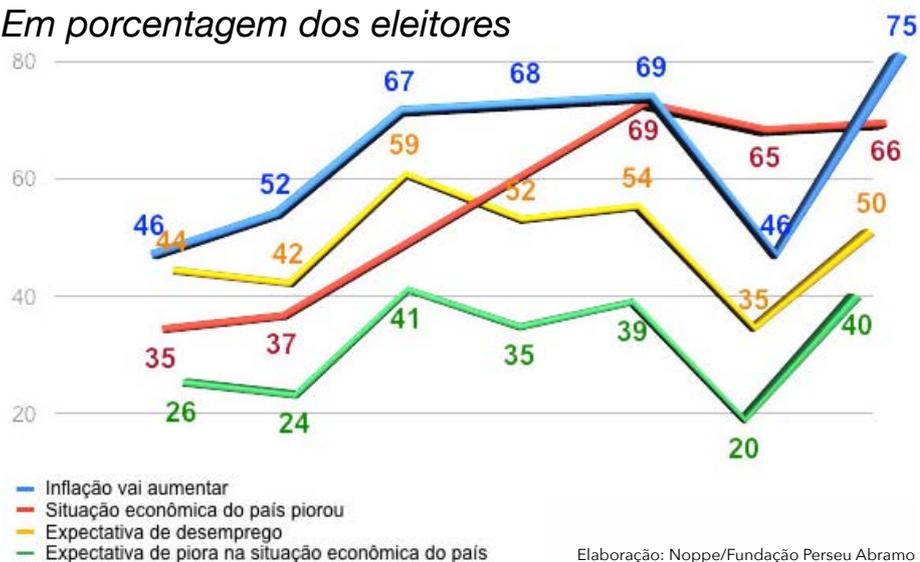
uma variação dentro dos limites da margem de erro.

O quadro é diferente do apontado pelo Ipespe, em pesquisa realizada entre 21 e 23 de março, com abordagem telefônica feita por entrevistadores. O levantamento tem margem de erro de 3,2 pontos percentuais. De acordo com o instituto, a reprovação segue o mesmo patamar visto desde agosto de 2021, considerando a margem de erro.

A título de comparação, em novembro 54% da população reprovavam o governo Bolsonaro. O número permanece o mesmo. E

# Retrato do Brasil de Bolsonaro

Em porcentagem dos eleitores



houve variação de apenas 1 ponto percentual na aprovação – antes eram 25%, hoje são 26%. O Ipespe realiza pesquisas com periodicidade quinzenal, e captou melhora sensível para Bolsonaro em alguns de seus levantamentos realizados este ano – enquanto o Datafolha trouxe uma mudança brusca após 3 meses.

Embora não seja possível a comparação exata entre os cenários estimulados de intenção de voto no Datafolha, em dezembro, o instituto apontava Lula (PT) com 48% e 47% de preferência já no primeiro turno, a depender do cenário, número que hoje é de 43%. Já Bolsonaro (PL), que pontuava entre 21% e 22%, obteve o desempenho de 26% no levantamento mais recente.

A intenção de voto espontânea em Lula oscilou 2 pontos percentuais para baixo, chegando em 30% – enquanto Bolsonaro subiu de 18% para 23%. Na simulação de segundo turno, a vantagem que era de 29 pontos percentuais em dezembro, agora é de 21 pontos entre os dois principais candidatos. Lula tem 55% e Bolsonaro, 34%.

Segundo o Poderdata, no levantamento divulgado na última semana, Lula tem 41% das intenções de voto e Bolsonaro avançou

para 32%. Uma diferença agora de 9 pontos percentuais e que no início do ano era de 14 pontos. Já em relação ao segundo turno, o instituto vinculado ao portal Poder360 aponta que a diferença antes de 22 pontos percentuais em janeiro, caiu para 12 pontos. Lula teria 50% contra 38% de Bolsonaro.

Já o Ipespe trouxe uma diferença de 23 pontos percentuais entre Lula e Bolsonaro – 54% a 31%. Os números são semelhantes aos de dezembro de 2021. Em primeiro turno, o instituto aponta para aumento da diferença entre Lula e Bolsonaro, de 15 para 18 pontos percentuais.

Segundo o Datafolha, a maior parte dos entrevistados (66%) entende que a situação econômica do país piorou nos últimos meses – é o mesmo número de dezembro (65%) se considerarmos a margem de erro.

Houve aumento substancial na percepção de que a inflação irá aumentar daqui para a frente. Em dezembro, 46% dos entrevistados assim pensavam – hoje são 74%. Da mesma forma, houve aumento no número de brasileiros que esperam um aumento do desemprego – de 35% para 50% no mesmo período.

Não houve mudança na responsabilização pelo baixo desem-

penho econômico e pelo aumento de preços. Em setembro de 2021, 75% dos brasileiros consideravam o governo responsável pela alta da inflação nos últimos meses. É mesmo número de agora.

É possível levantar hipóteses acerca da melhora na popularidade do governo. Algumas medidas demonstram que o Planalto está se preparando para a campanha. Por exemplo, o Auxílio Brasil – de acordo com o Datafolha, 23% dos brasileiros recebem ou residem com alguém que receba o benefício –, o Crédito Caixa Tem – até 28 de março, mais de 1,5 milhão de pessoas haviam solicitado o crédito destinado a pessoas físicas e MEIs –, a ampliação da margem para crédito consignado para aposentados, pensionistas, beneficiários do BPC e do Auxílio Brasil, além do esforço publicitário do governo – com ministros indo à rede nacional de rádio e TV.

Mas também há um montante de recursos cuja destinação e impacto são difíceis de serem mensurados – como os recursos do Orçamento Secreto, na ordem de R\$ 30 bilhões em 2021, com fatia significativa sendo destinada a parlamentares aliados do governo. A realidade diária, no entanto, com inflação alta que compromete a renda dos brasileiros, principalmente dos mais pobres e dos desempregados, causa apreensão sobre o futuro e reverte expectativas que já não eram otimistas.

A pesquisa do Datafolha foi realizada entre 22 e 23 de março de 2022, com abordagem pessoal em pontos de fluxo. A margem de erro é de 2 pontos percentuais. Já a pesquisa Poderdata foi realizada entre 27 e 29 de março, por ligações telefônicas automatizadas, com margem de erro de 2 pontos percentuais. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



# BRASIL, LIDERANÇA DO SUL GLOBAL

O papel do Brasil como potência ambiental será na aposta da preservação dos biomas, ao lado do forte investimento em produtos com emissão neutra de carbono, financiamento da Ciência e Tecnologia para uso racional da biodiversidade nacional, que é a maior do mundo

**Penildon Silva Filho**

**V**ivemos uma crise civilizatória. O ano de 2022 será não apenas um momento de disputa eleitoral para um projeto de governo de quatro anos, mas de confronto de alternativas de sociedade e da relação com a natureza em nosso planeta. Trata-se de uma crise que envolve a dimensão econômica, pois o mundo, especialmente com aqueles que aderiram ao ideário do estado mínimo – à agenda neoliberal – experimentou um progressivo aumento da distância entre ricos e pobres e a vulnerabilização de amplos setores das populações, desde a queda do Muro de Berlim e a hegemonia unipolar estadunidense.

O Brasil e a América Latina conseguiram ensaiar um outro modelo no início do século 21, de estado de bem-estar social, protagonismo do Estado e defesa do meio ambiente. Mas a reação conservadora veio em forma de golpes, caso de Brasil, Paraguai, Bolívia e Honduras – ou vitórias eleitorais



com Maurício Macri, já superada na Argentina – e bloqueios econômicos contra a Venezuela, Cuba e Nicarágua.

A volta com força do neoliberalismo nessa parte do planeta nos mergulhou em uma situação de estagnação

econômica, precarização das relações de trabalho, retirada de direitos e aumento ou ressurgimento da fome e da miséria, acompanhados pelo fortalecimento do crime organizado, a exemplo das milícias que conseguiram capturar amplos setores do Estado nacional.

Entretanto, a dimensão econômica da crise se associa à crise sanitária, que demonstrou que, ou o mundo tem um sistema de saúde público, gratuito, universal, integral e solidário, a exemplo do SUS no Brasil, ou ninguém estará a salvo em suas fronteiras. Trata-se de uma questão planetária que deve ser assim enfrentada.

A emergência climática, a degradação ambiental com desmatamentos, a mineração predatória e a destruição das condições de vida nos mares apresentam também um quadro que será fatal para a espécie humana e sua civilização

dentro dos próximos 30 anos. Isso decorre de já termos atingido “um ponto de não retorno” na emissão de carbono, destruição dos biomas e da biodiversidade, acidificação dos mares, a elevação dos níveis das águas que deve afetar pelo menos 1 bilhão de pessoas até 2050. A falta de recursos hídricos e a desertificação e ondas de calor devem afetar 3 bilhões de pessoas, a começar pelo Nordeste brasileiro que já está num processo de desertificação da caatinga.

Não será a primeira vez que uma civilização humana entrará em colapso por razões socioambientais. Mas, agora, como estamos interligados fortemente entre todas as partes, uma crise dessa magnitude e suas consequências econômicas e sociais não se restringirão a apenas um país ou região, como no passado.

A razão do declínio da civilização maia não está elucidada completamente, mas as evidências apontam para mudanças climáticas na península de Yucatán, ao lado de guerras que atingiram a população e provocaram migrações em massa. Da mesma forma, os Khmer no Camboja entre 1000 e 1200 anos depois de Cristo. Ou os Harapas, ou a Civilização do

Vale do Indo, que chegou a contar com uma população de 5 milhões de pessoas, distribuídas entre o que conhecemos hoje como Irã, Paquistão, Índia e Afeganistão, desaparecida há 3 mil anos.

Os Rapa Nui, que viveram na Ilha de Páscoa entre 300 e 1.200 d.C, também sucumbiram. A hipótese mais aceita sobre o seu desaparecimento foi o esgotamento dos recursos naturais na ilha. Os Olmecas, que foram a cultura-mãe de outras sociedades da Mesoamérica, começaram a desaparecer por volta de 400 a.C. Esses são exemplos de como o ambiental, o social e o econômico se entrelaçam e muitas vezes entram em colapso.

Essa crise multifacetada é agravada pela guerra iniciada na Ucrânia, que terá efeitos muito maiores do que o evento localizado, com sanções econômicas que levarão imensas parcelas da população mundial à pobreza e à miséria. A expansão da OTAN em direção ao leste contrariou um acordo feito antes da queda do muro de Berlim entre os presidentes Mikhail Gorbachev e Ronald Reagan, que estabeleceu uma situação de equilíbrio e pacificação, e agora desencadeou o confronto que não é apenas entre Rússia e Ucrânia, mas entre União Europeia, EUA, OTAN e aliados ocidentais contra a Rússia.

A Rússia errou ao ter iniciado a ofensiva militar, e abriu-se brecha para uma guerra econômica inédita pela sua escalada, pois sabemos que uma guerra militar resultaria na extinção da espécie humana. Novamente serão os países mais pobres e as populações mais vulneráveis que sofrerão com a guerra e as sanções econômicas, com inflação de alimentos e combustíveis, migrações em massa e radicalização de conflitos ao redor do globo.

O Brasil já desempenhou um papel de agregação dos países

da América Latina, com a África, os BRICS e na ONU, nos governos Lula e Dilma, sempre articulando e promovendo a integração econômica entre os países. Lutamos pela inclusão social, a defesa do meio ambiente, a defesa da paz e do entendimento em substituição às guerras e conflitos, e à elaboração de uma nova arquitetura geopolítica multipolar. No momento a diretoria diplomática – ou a falta dela – do atual governo foi no sentido contrário a esse protagonismo, Mas isso pode ser remediado e reconstruído, e até aprofundado.

## O DESMONTE DO SISTEMA TRIPARTITE DE ANÁLISE É UM ERRO AO RELEGAR À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE O PAPEL DE MEROS ÓRGÃOS CONSULTIVOS

O Brasil chegou a negociar acordos com o Irã para solucionar uma crise entre aquele país e o Ocidente na questão da energia atômica, embora não tenha sido acolhido pelos EUA, que não aceitam outros protagonismos.

O Brasil foi o país mais ousado nas conferências do clima para o estabelecido de metas a cumprir de diminuição da emissão de carbono. Nosso país participou da criação do Banco dos Brics para gerar desenvolvimen-

to de infraestrutura e atividades econômicas nos países em desenvolvimento. E começou a debater como criar um sistema financeiro mais autônomo em relação ao dólar e ao sistema financeiro estadunidense.

Na América do Sul, criamos a Unasul, que evitou um conflito em Venezuela e Colômbia e estabeleceu um comando militar conjunto e articulado, independente da América do Norte. Na África, fomos muito respeitados e Lula ainda hoje uma referência de governo de inclusão social e defensor da paz e do desenvolvimento inclusivo.

No mundo atual, marcado pelo acirramento entre Ocidente e Oriente e pela tentativa dos Estados Unidos de frear a ascensão da China e estimular uma escalada militar e provocar um conflito, o papel do Brasil como representante do “Sul Global” pode contribuir para um mundo mais multipolar que tem o desafio de vencer a crise econômica, a desigualdade social, a falta de uma saúde pública em todo o mundo e a emergência climática, sempre defendendo a paz e o desarmamento global.

O papel do Brasil como potência ambiental é apostar na preservação dos biomas, ao lado do forte investimento em produtos com emissão neutra de carbono, financiamento da Ciência e Tecnologia para uso racional da biodiversidade nacional, que é a maior do mundo. Esse protagonismo servirá de paradigma para outros países encontrarem suas alternativas de inclusão e desenvolvimento por meio dos empreendimentos verdes, das novas tecnologias, das energias renováveis e da reconstituição da biodiversidade. Um novo mundo é possível e o Brasil pode voltar a ser decisivo nesse contexto. •

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT



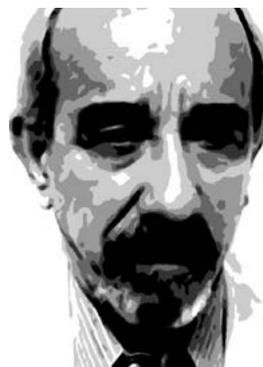
# COMO O PT SALVOU O BRASIL: MAIS EMPREGO E RENDA

Com Lula e Dilma no governo federal, foram criados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. Com o Golpe de 2016 e a pandemia, entre 2015 e 2020 foram perdidos mais de 9 milhões de empregos formais. Com Bolsonaro, o desalento atinge mais de 5,7 milhões de trabalhadores em 2020

Eduardo Fagnani \*  
Gerson Gomes \*\*  
Guilherme Mello \*\*\*

**E**ste é o vigésimo artigo de uma série organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras de que a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Sublinhamos aqui que a partir de 2003 foi esboçada uma política

de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e criação de um mercado de consumo de massas, formado a partir de políticas de distribuição de renda, de expansão e formalização do em-

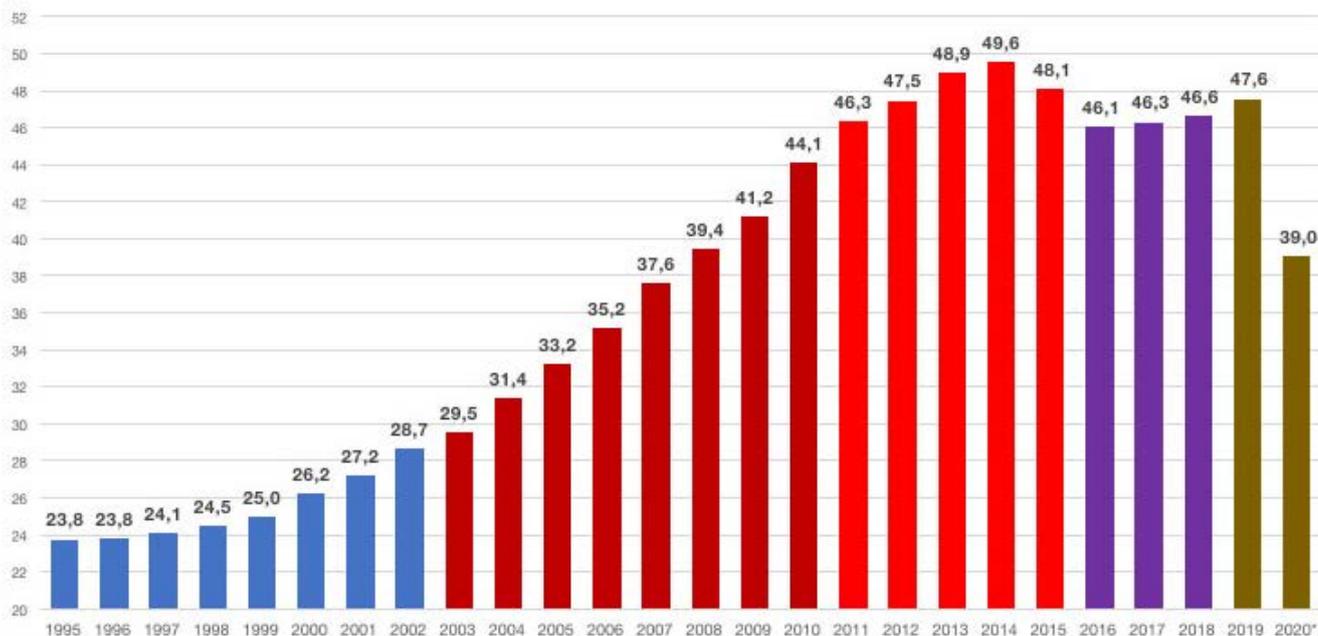


prego e de aumento e democratização do crédito.

Sua maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres. Houve aumento salarial, ampliação do acesso ao crédito, geração

# Evolução do número de empregados com carteira assinada Gráfico 1

Milhões de Empregados. Período entre 1995 e 2020



Fonte: MTE/RAIS. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

de empregos com carteira assinada, valorização real do salário-mínimo e redução do desemprego e da informalidade.

Nas edições anteriores da **Focus Brasil**, demonstramos a falsidade da narrativa de que o PT quebrou o país, apresentando o comportamento de diversos indicadores que comprovam a melhoria dos fundamentos macroeconômicos durante os governos Lula e Dilma.

Houve melhoras nas contas externas, reservas internacionais, redução da dívida pública, recuo da taxa de juros básicos, decréscimo das despesas com juros, com pessoal e encargos, além da geração de superávits primários. Além disso, a taxa de inflação ficou controlada, houve crescimento da economia e expansão do investimento, do crédito e mercado interno de consumo assalariado.

Também enfatizamos que a melhoria desses fundamentos foi conseguida, apesar da grave crise financeira internacional ocorrida nos anos 2008-2009 e de seus impactos negativos sobre a eco-

nomia - fato espertamente desconsiderado por críticos e 'analistas' fake.

Os governos Lula e Dilma promoveram mobilidade social ascendente via mercado de trabalho, combinando geração de emprego com diminuição da in-

LULA E DILMA  
PROMOVERAM  
MOBILIDADE  
SOCIAL,  
COMBINANDO  
GERAÇÃO DE  
EMPREGO COM  
QUEDA DA  
INFORMALIDADE

formalidade e aumento da renda laboral, criando condições para a redução das desigualdades da renda e maior participação relativa do trabalho na apropriação da riqueza nacional.

A mobilidade social ascendente também foi viabilizada pela ampliação do acesso dos brasileiros aos direitos constitucionais pactuados na redemocratização e pela criação de uma nova geração de políticas de combate à pobreza, como o Bolsa Família, por exemplo. O gráfico 1 demonstra que houve forte geração de empregos formais nos governos Lula e Dilma.

Entre 2002 e 2014, foram gerados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. O número total de empregados com vínculo formal de emprego passou de 28,7 milhões para 49,6 milhões. Eram 48,1 milhões em 2015. Com o Golpe de 2016 e a pandemia, entre 2015 e 2020 foram perdidos mais de 9 milhões de empregos formais.

O gráfico 2 indica que a média anual de geração líquida de pos-

## Geração líquida de postos de trabalho. Gráfico 2

Número de postos de trabalho, com média anual por subperíodo.

Dados entre 1995 e 2018



Fonte: MTE/CAGED. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021

tos de trabalho formal entre 1995 e 1998 foi negativa – -254,7 mil empregos – e pouco expressiva entre 1999 e 2002. No primeiro governo Lula foram criados, em média, 1,2 milhão de empregos formais por ano, mais de duas vezes e meia a média do governo FH. E, no segundo mandato de Lula, a média anual alcançou 1,6 milhão, mais de três vezes e meia a média de 1998 e 2002. Durante

o primeiro governo Dilma, a média anual retorna aos parâmetros de 2003 e 2006. Mesmo assim, é mais de duas vezes e meia superior à média alcançada no segundo governo FHC.

O gráfico 3 mostra a geração líquida anual de postos de trabalho formal. Desde 2003 houve crescente geração de empregos com carteira assinada, tendência que atinge o ápice em 2010,

quando foram gerados mais de 2,5 milhões de empregos formais. Mesmo em 2013 e 2014, a geração líquida de postos de trabalho formal foi positiva, em 1,1 milhão e 391 mil, respectivamente.

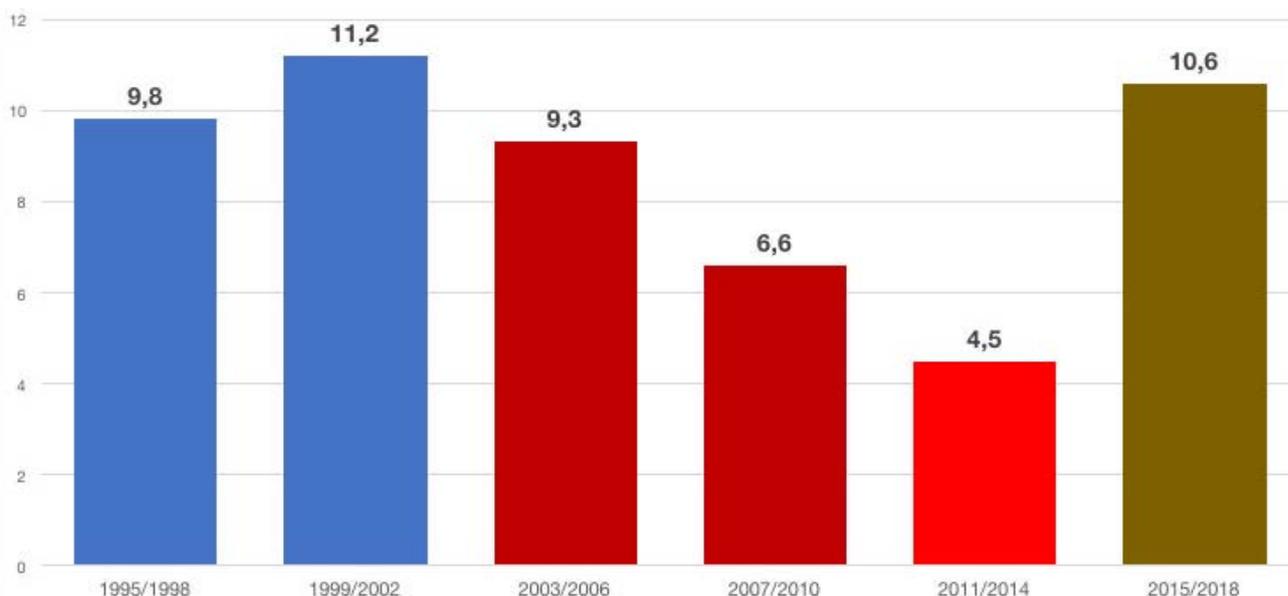
O resultado negativo verificado em 2015 reflete o movimento mais geral de deterioração das condições da economia internacional, do agravamento da crise política e dos efeitos disruptivos da operação Lava Jato, que destruiu setores produtivos e empregos, em sua estratégia para alcançar o desmonte das empresas nacionais.

Esses resultados também refletem a mudança de rumos na política econômica a partir do mandato de Joaquim Levy e sua opção pela contração fiscal, bem como o agravamento da crise política, posto que a oposição passou a apostar na instabilidade das instituições, e a forçar a imposição de limites legislativos à condução da política econômica.

A expressiva geração de em-

## Taxa de desemprego aberto. Gráfico 3

Em porcentagem, com dados referentes a 1995 a 2018

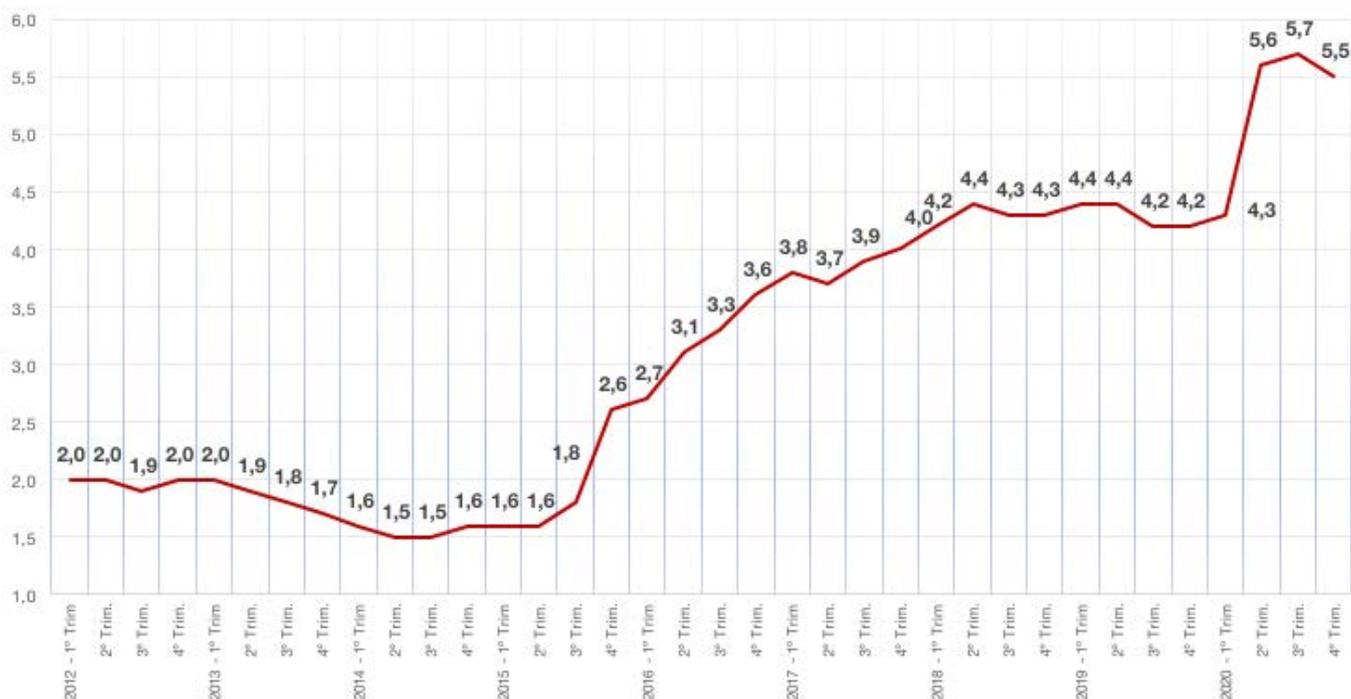


Nota - A PME foi encerrada em março/2016. Os dados a partir de 2016 foram extraídos da PNAD Contínua.

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME) / IPEADATA. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

## Número de desalentados. Gráfico 4

Em milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade. No período de 2012 a 2020



Fonte: IBGE, PNAD Contínua. IBGE - Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

pregos formais repercutiu na queda da taxa de informalidade do mercado de trabalho, de 60% para 46,5% entre 1999 e 2014. O desemprego caiu sistematicamente nos governos petistas. A média anual da taxa de desemprego entre 1998 e 2002 atingiu 11,2%. Nos governos Lula e Dilma essa média cai continuamente, atingindo 4,5% entre 2011 e 2014.

O número de desalentados, pessoas que desistiram de procurar emprego, caiu entre 2012 e o início de 2015, sendo pouco expressivo nos governos petistas – 1,6 milhão de trabalhadores no início de 2015. Já nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o desalento amplia-se de forma considerável, atingindo mais de 5,7 milhões de trabalhadores em 2020 (gráfico 6).

A taxa de subutilização da mão de obra apresenta tendência de queda até 2014, quando atinge 14,9% – 15,3 milhões de brasileiros. Com a volta do agenda neoliberal a partir do Golpe de 2016 essa índice cresce exponencial-

mente, atingindo 32% em 2020. Isso representa 32 milhões de brasileiros.

Todos esses indicadores demonstram que o crescimento econômico dos governos petistas

**A MÉDIA ANUAL  
DE DESEMPREGO  
ENTRE 1998 E  
2002 ATINGIU  
11,2%. COM LULA E  
DILMA A TAXA CAI  
CONTINUAMENTE,  
ATÉ CHEGAR A  
4,5% EM 2014**

não é efeito só de haver então setor externo favorável, ainda que por curto período. Aquele crescimento também decorreu das políticas para gerar empregos e da distribuição de renda, medidas que ampliaram o mercado interno e o consumo das famílias, bem como do investimento, que também teve um papel fundamental, como já demonstrado.

Assim se vê que, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a “crise” que teria sido gerada pelos governos do PT foi fundamentalmente fruto da “irresponsabilidade fiscal”, como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. •

\* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

\*\* Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21.

Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

\*\*\* Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

# NEM CONFIANÇA, NEM COMIDA

Há um problema na análise do resultado fiscal de 2021. Há muito tempo os analistas trocaram o estímulo de demanda por uma abstrata ideia de aumento da confiança. O resultado está aí: a cada dia, aumenta o número de famintos e desempregados

Rodrigo Toneto

A equipe econômica fundamentalista de Jair Bolsonaro comemorou com grande entusiasmo o resultado fiscal de 2021 no qual o conjunto do setor público obteve um superávit primário de 0,75% do PIB – cerca de R\$ 64 bilhões – e o governo central reduziu a diferença entre arrecadação e receita de R\$ 743 bilhões em 2020 para R\$ 35 bilhões em 2021. No início do ano, a meta era de um déficit de R\$ 331,6 bilhões.

Rapidamente, após o anúncio do resultado, diversos analistas econômicos apontavam para o óbvio ululante: a diminuição do déficit havia contado um um generoso empurrão da inflação que atingiu os dois dígitos, inflando as receitas.

A ajuda inflacionária é velha conhecida da economia brasileira. Ao longo dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, a inflação foi responsável por mascarar um desequilíbrio orçamentário estrutural no país. Parte importante do debate sobre estabilização monetária se lastreava nesta interpretação. Não à toa, são os herdeiros desta tradição econômica que hoje – acertadamente – dizem que o governo está “vendendo gato por lebre”.

Explicitar a fragilidade do resultado primário como sendo originado principalmente pelo efeito do aumento nominal das receitas é importante para denunciar o

oportunismo característico da atual equipe econômica. Uma equipe que não é capaz de entregar o que promete há anos e nem de gerar qualquer melhora na economia do país. Entretanto, o que escapa mesmo aos analistas que se colocam na crítica do ufanismo do ministro Paulo Guedes é um olhar para a vida do povo.

De um lado, se a inflação contribuiu para um aumento das receitas, na vida cotidiana ela representou aumento da fome. Enquanto os estados acumularam recursos por conta aumento do ICMS, a realidade enfrentada pelo trabalhador era da gasolina à R\$ 7 e do botijão de gás passando dos R\$ 100. Entre analistas para os quais a miséria não faz parte do cenário econômico, os comentários são descolados das urgências da população, defendendo sem mediações elevação do juros e reforçando o pedido por mais cortes.

Ainda mais grave é a ausência de qualquer menção à triste realidade desvelada pelos números apresentados pelo próprio Tesouro Nacional. Se em 2020, R\$ 334 bilhões foram destinados ao pagamento do Auxílio Emergencial, em 2021 este valor caiu para R\$ 63 bilhões.

Dos R\$ 296 bilhões da diferença celebrada pelo governo e pelo mercado entre meta e resultado primário, R\$ 271 bilhões tem nome: fome. Enquanto se acumulam famílias inteiras dormindo na rua, sem comida e nem condições dignas de vida, as páginas dos jornais celebram o corte do Auxílio

Emergencial ao comemorarem que, em meio a uma pandemia e crise social sem precedentes, estamos diminuindo a distância entre gastos e receitas.

Se há algum consenso entre economistas não fundamentalistas é de que precisamente nas crises existe uma importância fundamental do Estado, via política fiscal, de garantir renda e demanda para amenizar o impacto recessivo.

Há muito tempo os analistas brasileiros trocaram o estímulo de demanda – que 2020 está aí para provar como essas medidas são efetivas – por uma abstrata ideia de aumento da confiança.

O resultado está aí, a olhos nus. Não há nenhuma melhora de expectativas. E, além disso, a cada dia que passa, aumenta o contingente de famintos, desempregados e miseráveis. Ao lado dos quais agora se somam as vítimas das tragédias climáticas, agravadas por uma política que implica em cortes nos recursos destinados à prevenção de enchentes e deslizamentos.

Não há confiança possível em um país que se omite diante do quadro social dramático em que vivemos. A política fiscal não existe para ajustar uma conta de subtração entre receitas e gastos, mas sim para garantir crescimento econômico e prosperidade compartilhada, aliando transparência e previsibilidade com responsabilidade social. •

\* Economista



**DIÁLOGO** Vice-presidenta da Espanha, a ministra Yolanda Díaz construiu durante meses um pacto social para modernizar a legislação trabalhista, valorizando a atuação das representações sindicais e assegurando direitos

# REFORMA DA ESPANHA PODE SER EXEMPLO

Vice-presidenta e ministra do Trabalho, Yolanda Díaz explica a sindicalistas brasileiros como a legislação trabalhista espanhola foi modernizada, sem enfraquecer sindicatos e impedindo ampliação da precariedade do mercado de trabalho

Isaías Dalle

**O** movimento sindical, com papel real de representação da classe trabalhadora nas relações com empresas e governos, é elemento imprescindível para o pleno exercício da democracia. Isso vale para qualquer país. Quem afirma

é Yolanda Díaz, vice-presidente e ministra do Trabalho e Economia Social da Espanha. Ela liderou o processo de negociação, que durou cinco meses e envolveu sindicatos de trabalhadores, representações patronais, governo e Comissão Europeia, e alcançou uma nova legislação trabalhista, aprovada neste ano pelo parlamento da Espanha.

Yolanda Díaz esteve reunida com dirigentes e assessores das centrais brasileiras na sexta-feira, 1º de abril, na sede da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo. Na pauta, o processo de mudança ocorrido na Espanha, que superou a legislação que, desde 2012, retirava direitos trabalhistas e rebaixava salários.



**CONSENSO** Yolanda Díaz se encontra com os dirigentes sindicais brasileiros na sede da FPA, tendo como anfitrião o economista Aloizio Mercadante. Êxito espanhol foi construído com amplo diálogo social

A principal lição da Espanha, no entender da ministra, é ter proposto um amplo diálogo social que exigiu de todas as partes envolvidas a disposição de ampliar suas mensagens para o conjunto da sociedade, e não mais apenas para o público fiel. “Um discurso dirigido apenas para nós, ideologizado, apesar de apaixonante, não nos levaria a lugar algum. Se as ruas não nos seguirem, estaremos mortos”, constata.

Por isso, ao propor o diálogo social, a coalizão de governo na Espanha, liderada pelo socialista Pedro Sánchez, pediu empenho para que os argumentos em favor da reforma fossem claros e objetivos. “É preciso ganhar confiança dos trabalhadores, e você não chega nos seus apenas com discursos ideológicos”, pontua.

De sua parte, o governo fez, nas palavras de Yolanda, um trabalho pedagógico, colocando em pauta antigas polêmicas e falsas crenças a partir de argumentações técnicas, com embasamento em fatos. Ela cita como exemplo a questão da produtividade, sempre usada por empresários e analistas conservadores como obstáculo aos direitos trabalhistas e salários melhores.

“Mostramos que não é salário o que causa isso. Podem ser problemas de energia, infraestrutura.

Mas não salário. E lançamos à apresentação patronal espanhola o seguinte argumento: trabalhador precário, lutando por baixo salário, é sinal de que as empresas são precárias. Isso é muito ruim para a imagem”, sustenta.

O esforço gerou resultados importantes, como a elevação do salário mínimo, o retorno das negociações coletivas e a outrora improvável proibição de demissões em tempos de crise. Outra mudança de peso foi o reconhecimento do vínculo empregatício para motoristas e motociclistas que trabalham para empresas de aplicativos.

“Partimos da defesa de que os trabalhadores de aplicativos não são autônomos, são assalariados, e portanto têm que ter todos os direitos”, explica. Yolanda aponta ainda que uma das medidas para que esses trabalhadores tivessem seus direitos reconhecidos foi a abertura da tecnologia de algoritmos usada pelas empresas.

“A fórmula matemática foi compartilhada com os trabalhadores”, lembra, o que permitiu aos representantes sindicais uma tomada de posição durante processos de reivindicação e negociação. Outra medida essencial, segundo a ministra do Trabalho, é a atribuição desse papel de apresentação aos sindicatos.

## TRABALHADORES DE APLICATIVOS PARAM

Na sexta-feira, 1º de abril, a paralisação de entregadores e motoristas de aplicativos no Brasil obteve resultados. O iFood anunciou aos motoentregadores reajuste de R\$ 0,59 na taxa mínima por corrida de até 5km. O valor, apesar de aquém das reivindicações, não deixa de representar uma resposta à pressão do movimento. Mas, como pretendido pelos patrões, o anúncio acabou por esvaziar a greve.

Diferentemente do que costuma ocorrer em paralisações de outros setores, a greve dos entregadores de aplicativos não teve comando unificado. Tampouco data pactuada entre organizações que a convocaram. “Foi boa, mas ficou enfraquecida por conta do anúncio da iFood”, avalia Paulo Gallo, líder dos Entregadores Antifascistas, em São Paulo, que havia priorizado a paralisação do dia 1º de abril.

A semana termina com a questão em aberto: as mobilizações teriam maior adesão, caso a organização do movimento fosse unificada ou fosse organizada por sindicatos? A adesão aos sindicatos é rejeitada por uma parcela.

“É difícil por causa dessa desmoralização dos sindicatos, muitos entregadores compraram essa ideia de que um sindicato é, necessariamente, corrupto”, explica Paulo Gallo. “Isso foi uma imagem que a mídia veio construindo ao longo dos anos. Então, entendendo que vai no caminho de uma cooperativa, com características do sindicalismo, que tanto capte a demanda como organize o trabalho”. • ID



# UM INIMIGO NA PETROBRÁS

Bolsonaro indica Adriano Pires, lobista que atuou como consultor de petroleiras americanas e que defende abertamente a venda da maior empresa brasileira. Ele substituiu o general Luna e Silva, e PT diz que Planalto não mexe na política de preços

O governo mais entreguista da história do Brasil, enfim, conseguiu colocar à frente da direção da Petrobrás – a maior empresa do Brasil – um inimigo da estatal. Diante da queda de popularidade e da responsabilidade pela explosão de preços das tarifas de combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro anunciou no início da semana o novo presidente da Petrobrás. Sai o general da reserva Joaquim Silva e Luna e entra o economista Adriano Pires.

A troca é de seis por meia dúzia, mas o burocrata é pior do que o militar. Consultor privado e inimigo da Petrobrás, o novo presidente da estatal faz a defesa da venda

da empresa desde os anos 90. Em outubro passado, antes do impacto da guerra na Ucrânia, com o país já vivendo a alta da gasolina e do gás de cozinha, Adriano Pires defendeu a entrega da empresa. “A solução final para os preços dos combustíveis é privatizar a Petrobrás”, escreveu.

O governo faz a mudança na terça-feira, 29, mesmo dia que o Datafolha trouxe o grau de descontentamento da população com a condução do governo por Bolsonaro. O levantamento mostra que 75% dos brasileiros consideram Bolsonaro o responsável direto pela alta dos preços dos combustíveis, entre os itens que mais pesam no cálculo da inflação medida pelo IPCA. A gasolina su-

biu 46% nos postos de abastecimento do país em 2021. O diesel 25%. E o gás de cozinha teve alta de 35,16%. Os três índices estão muito acima do IPCA, que acumulou a alta de 10,54%.

A presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), criticou duramente a substituição no comando da maior empresa de energia do Brasil. “Adriano Pires sempre defendeu entrega do pré-sal e indicação mostra viés antipovo do governo Bolsonaro”, resume a parlamentar. “Chega de intermediários. A Petrobrás agora é deles. Que triste”, lamentou.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) denunciou a irresponsabilidade do governo. “Bolsonaro decide demitir o presidente da Pe-

trobras, general Silva e Luna, mas não apresenta qualquer iniciativa para reduzir o preço dos combustíveis”, destacou. “A solução é Lula para abrigar os preços”. Rogério ressalta que a Petrobrás é uma empresa pública que mexe com um insumo estratégico que movimenta toda a economia. “Isso é uma questão de segurança nacional”, aponta.

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) também criticou o Planalto. “Em fim de governo, o Bolsonaro não se emenda. Ele não resolve os problemas do país, não assume suas responsabilidades e erros e demite o presidente da Petrobrás”, disse. “Isso não vai resolver os preços dos combustíveis, mas vai dar a Bolsonaro desculpa para continuar enrolando os brasileiros”.

Em 2014, durante a campanha eleitoral, Adriano Pires teve o seu nome ventilado para a presidência da Petrobrás, caso o então senador Aécio Neves (PSDB-MG) vencesse. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Instituto Milenium, think tank da direita ultraliberal brasileira, financiada pela Rede Globo, Editora Abril, Estadão e outros veículos de mídia, como a Folha de S.Paulo, Adriano sempre se posicionou contra o regime de partilha do pré-sal e a favor da venda da empresa.

Quando surgiram as primeiras reações ao descontrole da Petrobrás, que tem aumentado os preços dos combustíveis ao calor dos ventos do mercado internacional, e a mídia começou a alertar contra o “populismo” no preço dos combustíveis, Pires defendeu como solução a venda das refinarias.

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), uma consultoria que atende ao mercado, Pires é amplamente favorável a venda de ativos. “A privatização vai ajudar a Petrobrás a não sofrer

o risco de intervenção, porque a empresa passa a concorrer com investidores privados, apesar de as refinarias ficarem distantes umas das outras”, disse.

Pires pode ser visto agora como a raposa que vai tomar conta do galinheiro. Ele fundou e dirige uma empresa de consultoria conhecida por atender grandes empresas de petróleo de outros países, mas não deixar claro quem são, exatamente, seus clientes. A lista dos da CBIE não é informada em nenhum endereço público. Ao ser questionado, o lobista e a sua empresa se recusam a dar qualquer informação, usando como pretexto o fato de Pires estar “em período de silêncio”.

A preocupação em agir nas sombras é tanta que, em 2019, quando Michel Temer indicou Pires para um assento no Conselho Nacional de Política Energética, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, o novo presidente da Petrobras preferiu renunciar ao cargo do que se explicar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, que via possíveis conflitos de interesse na indicação.

O desmonte criminoso da Petrobrás tem sido feito a toque de caixa pelo desgoverno Bolsonaro sem o consentimento do maior interessado no assunto, o povo brasileiro. Apenas no mandato de Bolsonaro, foram privatizados nada menos do que 62 ativos da empresa, cerca de 67% de um total de 93 empresas ou operações vendidas nos últimos anos.

As informações são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em associação com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). De acordo com a pesquisa, a entrega do patrimônio nacional no governo atual chegou a US\$ 33,9 bilhões, em um montante de US\$ 59,8 bilhões. Outros 34 ativos estão à venda, incluindo metade do parque de refino da estatal. •

## DESMONTE DA PETROBRÁS

Durante debate sobre os preços dos combustíveis, no Rio de Janeiro, na terça-feira, 29, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a narrativa montada pela Lava Jato contra a Petrobrás, que resultou na destruição de patrimônio nacional e na política de preços que tanto prejudica a população brasileira atualmente.

“Durante quatro anos, a imprensa foi refém das mentiras de Sérgio Moro, das mentiras do [Deltan] Dallagnol e das mentiras da Lava Jato. O Diesel produziu um material extraordinário: 4,4 milhões de pessoas ficaram desempregadas por causa da Lava Jato, as empresas de engenharia foram destruídas porque o objetivo era entrar as empresas de engenharia internacionais aqui”, criticou.

“Aconteceu neste país que uma parcela de pessoas do Ministério Público, que fazia parte da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, criou a imagem de que todos que defendem a Petrobras são corruptos. Os trabalhadores são corruptos. A direção é corrupta. Então, agora que está ficando provado quem é quem na história, está ficando provado de quem é o interesse de destruir a Petrobras. Temos que fazer a nossa tarefa”, disse.

Lula afirmou que os anos de campanha intensa na mídia fizeram com que a sociedade tivesse uma visão torta sobre o que acontecia na Petrobrás. Isso tinha o objetivo de atingir a soberania nacional, abrindo a exploração do petróleo brasileiro para empresas estrangeiras. •



7 de abril de 1950

## NASCE MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA

“A primeira bandeira do PT foi eu que fiz. Eu tinha um tecido vermelho, italiano, um recorte guardado há muito tempo. Costurei a estrela branca no fundo vermelho. Ficou lindo”. Nascida em 7 de abril de 1950, em São Bernardo do Campo, Marisa Letícia foi uma militante de papel único na história do Partido dos Trabalhadores e da política brasileira. Casada com Lula, foi ainda a principal conselheira do sindicalista, deputado e presidente por quatro décadas. Marisa faleceu, vítima de um AVC, em 2017, após sofrer ao lado de toda a família Lula da Silva os efeitos de uma perseguição covarde e cruel. Aos que ficaram, deixou como legado a lealdade, a força e a coragem que nunca lhe faltaram.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.*

Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) ou [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



2 de abril de 2013

## CONGRESSO PROMULGA A PEC DAS DOMÉSTICAS

Em 2 de abril de 2013, é promulgada pelo Congresso Nacional a PEC das Domésticas, que muda a história das empregadas, estabelecendo a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

A partir de então, proteções trabalhistas como carteira assinada e férias remuneradas passaram a ser direitos reconhecidos também para a categoria. Jornada de trabalho de oito horas diárias, garantia de salário nunca inferior ao mínimo e pagamento do 13º salário também faziam parte do pacote de direitos finalmente salvaguardados às empregadas domésticas.

A então deputada federal Benedita da Silva, que trabalhou parte da sua vida como empregada doméstica, foi a relatora da PEC que assegurou os direitos da classe. O então deputado federal Jair Bolsonaro foi um dos dois parlamentares a votar contra o texto que é considerado um marco na legislação trabalhista brasileira.

A regulamentação da PEC das Domésticas foi assinada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015. A nova lei acrescentou benefícios como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pagamento de multa por demissão sem justa causa, seguro-desemprego, acidente de trabalho e adicional noturno.

Ricardo Stuckert



7 de abril de 2018

## LULA É PRESO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Em 7 de abril de 2018, consuma-se uma das maiores perseguições políticas da história brasileira. Em São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva se entrega e é levado para a sede da Polícia Federal em Curitiba (PR), onde é mantido preso injustamente, consumando um absurdo jurídico e político por 580 dias.

Num processo sem provas e julgado por quem se via como adversário de Lula em um “ringue”, o ex-presidente foi condenado por um apartamento no Guarujá (SP) que nunca foi seu. A defesa de Lula trabalhava, então, para demonstrar os vícios

do processo e as inconsistências da condenação, e, assim, provar a inocência do petista.

Em 2019, após o Supremo Tribunal Federal ter votado contra a prisão logo após a condenação em segunda instância, Lula deixou Curitiba. Solto, segue lutando para desmontar a farsa construída pela Lava Jato.

Uma a uma, as verdades foram aparecendo. Foram reconhecidas a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba e a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro na condenação de Lula. Hoje, o ex-presidente não só está solto, como com seus direitos políticos recuperados.

### Outras datas históricas

**04/04/1935:** Getúlio Vargas sanciona a Lei de Segurança Nacional, que define os crimes contra a ordem política e social e estabelece penas para quem infringi-las.

**04/04/1955:** Juscelino Kubitschek anuncia em Jataí (GO) que vai mudar a capital do país para o interior de Goiás.

**04/04/1966:** É instituído pela ditadura militar o bipartidarismo no Brasil. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) é o partido

governista que aglutina setores conservadores.

**06/04/1984:** Realizado em São Bernardo do Campo o 3º Encontro Nacional do PT.

**05/04/2016:** No governo Dilma, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos passa a ser Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Em 29 de setembro de 2016, o ministério é extinto pelo governo Temer.

7 de abril de 2008

## LULA SANCIONA A LEI QUE CRIA A EBC

Nascida em 7 de abril de 2008, a EBC tinha como proposta instituir uma televisão pública independente, com qualidade técnica e bom conteúdo, voltada para a sociedade. Criada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a EBC se tornou gestora dos canais TV Brasil e TV Brasil Internacional, da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e do sistema público de rádio.

Por sua independência editorial, esses órgãos se distinguem das antigas empresas estatais ou governamentais. Os veículos da EBC tinham autonomia para definir produção, programação e distribuição de temas, que variavam entre jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento. Representantes da sociedade civil, do governo federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores da empresa formavam o Conselho Curador da EBC. A partir do Golpe de 2016, a EBC vive um processo de desmonte e esvaziamento do seu caráter público.

Agência Brasil





Aroeira

# ELIFAS ANDREATO, PRESENTE!



**DESMONTANDO A FARSA** A obra "25 de outubro" retrata a morte de Vladimir Herzog. Elifas denuncia o regime militar, desmascarando a farsa montada de que o jornalista havia se suicidado quando estava preso no DOI-CODI

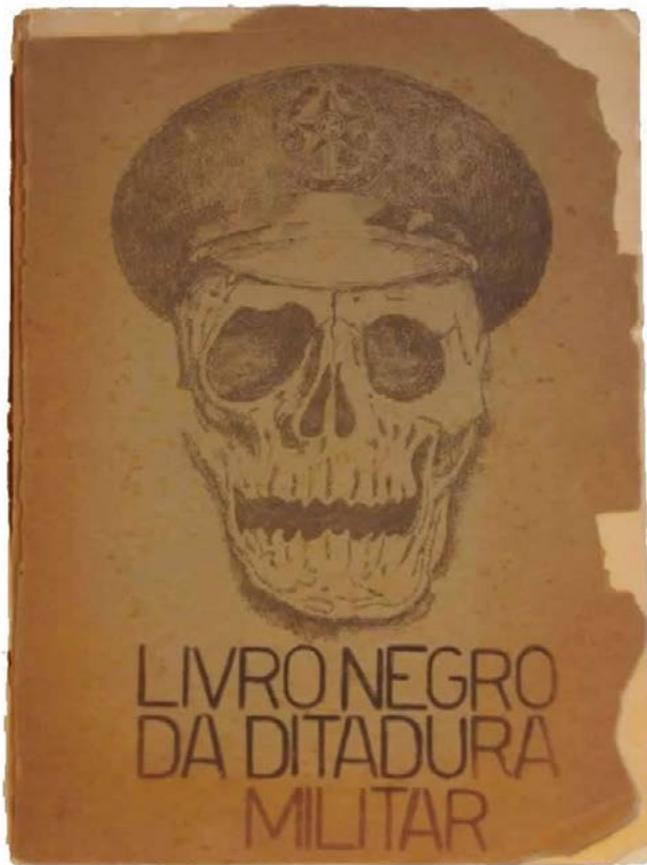
Um dos mais importantes artistas gráficos brasileiros morreu na terça-feira, 29, vítima de um infarto. Ele foi um dos maiores capistas de discos da MPB e tem sua história ainda ligada à defesa dos direitos humanos e às denúncias dos crimes cometidos pela ditadura militar

O artista gráfico Elifas Andreato, morreu na terça-feira 29, aos 76 anos, em decorrência de complicações após um infarto. Nasceu em Rolândia (PR), em 1946, Andreato se mudou para São Paulo no início da década de 60 e deu início aos seus trabalhos com ilustrações que fizeram história na

cultura do país. Ele foi um dos maiores capistas de discos da Música Popular Brasileira, colaborou com a revista *Veja* nos anos 70 e emprestou seu traço elegante para denunciar os crimes da ditadura militar.

É de autoria de Elifas algumas das mais célebres capas de discos lançados por artistas brasileiros, como "Nervos de aço", de Paulinho da Viola, "Arca de





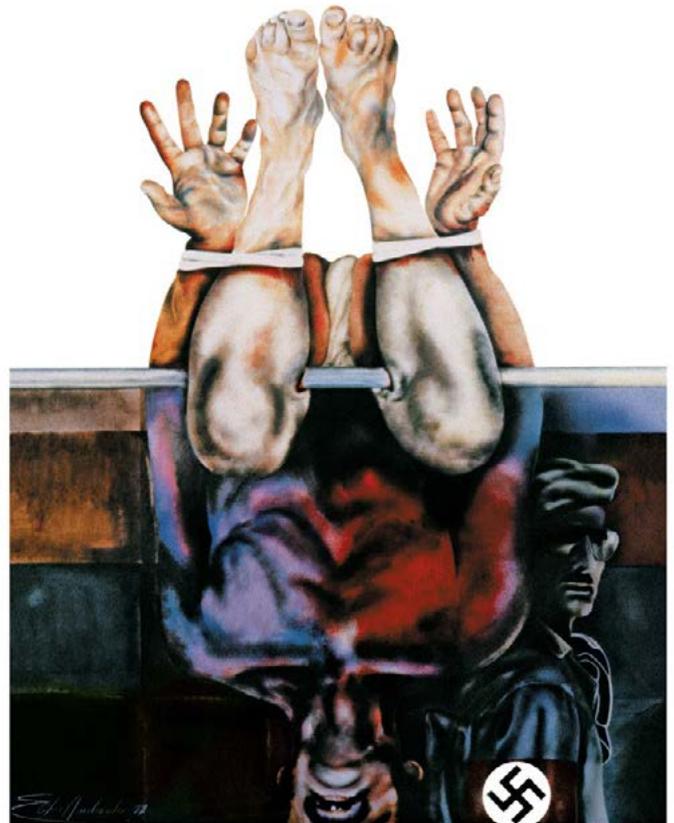
militar, que enfrentava abrigando militantes e produzindo em um mimeógrafo dentro de sua casa o jornal da Ação Popular”, comentou.

As obras de Elifas Andreato estamparam ainda livros e cartazes de peças de teatro, no momento em que a censura imposta pela ditadura militar silenciava artistas e calava as vozes dos dissidentes. Pois nesse período, Elifas teve a coragem de denunciar a tortura e as mazelas do regime militar em obras de forte impacto visual, como o cartaz da peça teatral “Mortos sem Sepultura”, texto original de Jean Paul Sartre, levada em cartaz por Fernando Peixoto e Helio Eichbauer em São Paulo, em 1977.

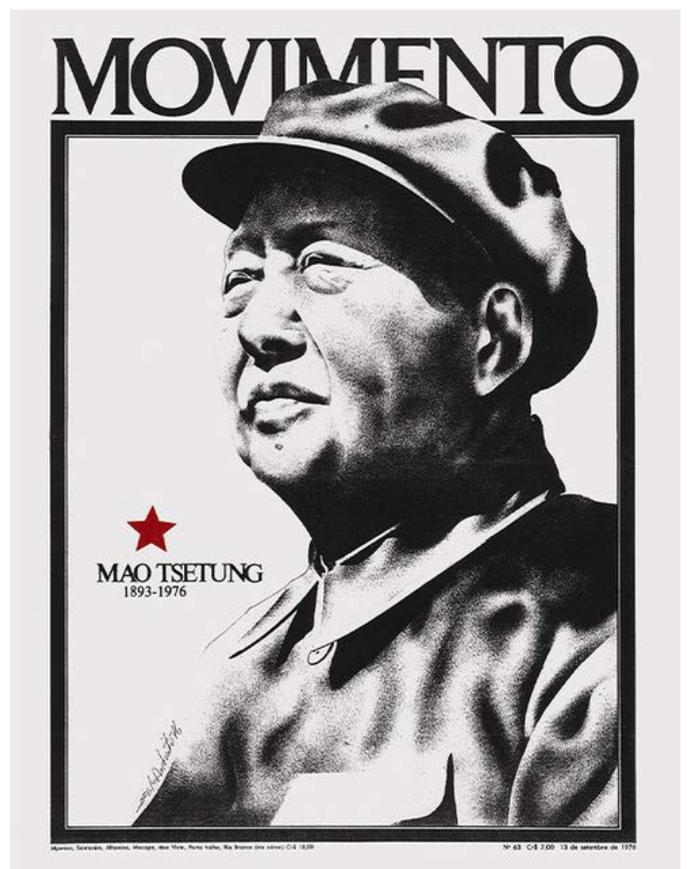
O cartaz traz o corpo de um homem pendurado num pau de arara, instrumento da tortura utilizada pelos militares no Brasil e na América Latina durante as perseguições políticas promovidas contra opositores do regime. Ele também retratou Vladimir Herzog num quadro famoso por mostrar como o regime militar tratava dissidentes políticos, desmascarando a farsa montada pelo regime militar de que o jornalista havia se suicidado. O quadro se chama “25 de outubro”.

Elifas ainda fez a impressionante capa do “Livro negro da ditadura militar”, lançado clandestinamente em 1972, em pleno governo do general ditador Emílio Garrastazu Médici. Logo depois, Elifas deixou a Editora Abril e foi colaborar com a imprensa alternativa que fazia a resistência ao regime. Suas obras foram publicadas em jornais como *Movimento*, *Opinião*, *Argumento* e o francês *Le Monde*. •

## MORTOS SEM SEPULTURA (Morts Sans Sépulture) de Jean-Paul Sartre cenografia: Helio Eichbauer encenação: Fernando Peixoto



Teatro Maria Della Costa R. Paim, 72 Tel. 256-9115



# JUVENTUDES, VAMOS ÀS URNAS

Segundo o TSE, pouco mais de 13% dos jovens de 16 e 17 anos estão aptos a votar. É preciso que nos dediquemos a conscientizar jovens da importância da política. Hora de derrotar Bolsonaro

Nádia Garcia

**A**s juventudes brasileiras vêm construindo um novo modo de fazer política. Representativo, esse novo momento empunha bem alto bandeiras que dialogam diretamente com a vida daquelas e daqueles que sobrevivem no Brasil de Bolsonaro, sem deixar de esperar um futuro de progresso.

Nas eleições municipais de 2020, o povo trouxe no voto um recado: é a vez da juventude! Elegeu jovens que se consagraram como as mais novas e novos parlamentares a se elegerem na história de suas cidades. Mas também como as mais votadas e votados no processo eleitoral. Demonstrando que a política jovem, diretamente ligada à educação, ao primeiro emprego, aos direitos da negritude, das mulheres e das LGBTs, deixou de ser apenas "identitária" e passou a ser prioridade pragmática do debate.

Este giro direcional e geracional mostrou, mais uma vez, como as juventudes são protagonistas e não coadjuvantes na cena eleitoral e política. Digo mais uma vez, pois, em 2018, foi a juventude quem protagonizou a eleição e vitória de Bolsonaro, provando sua importância como público alvo das



candidatas e candidatos, tanto quanto das eleitoras e eleitores.

Contudo, a quadra histórica de 2022 apresenta diversos e novos desafios que só podem começar a ser resolvidos com a derrota de Bolsonaro. E para tirar

o capitão do poder é imprescindível a presença da população nas urnas em outubro, incluindo aqueles mais jovens, que depositarão seus primeiros votos.

Os jovens de 16 à 24 anos são mais de 5 milhões de eleitores em 2022. O número se apresenta ainda mais importante quando vemos as pesquisas de intenção de voto e o interesse de parcela das juventudes brasileiras na vitória de Lula.

Segundo a pesquisa BTG Pactual, realizada entre 18 e 20 de março, Lula lidera entre os jovens de 16 à 24 anos com 54% das intenções de voto, contra 19% de Bolsonaro.

Em contraponto, segundo o TSE, até fevereiro deste ano, pouco mais de 13% dos jovens de 16 e 17 anos estavam aptos para votar, de acordo com dados do IBGE. Por isso, é preciso que nos dediquemos a conscientizar nossas juventudes da importância de ocupar todos os espaços da política.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores lançou, durante o 5º Congresso Nacional da Ju-

ventude do PT, em dezembro de 2021, a campanha Meu Primeiro Voto. A ideia é incentivar os jovens de 16 a 24 anos a tirarem seus títulos de eleitor ou regularizarem seus cadastros eleitorais.

Cabe a nós, enquanto juventude organizada, estar nas ruas e nas redes, nas escolas e universidades, nos ônibus e metrô, nos rolês e baladas, fortalecendo a campanha Meu Primeiro Voto e construindo o diálogo e o convencimento das juventudes brasileiras do seu papel central na manutenção da democracia durante o processo eleitoral e a própria eleição.

A Juventude do PT tem como tarefa central trazer esses 5 milhões de jovens para a cena e o processo das eleições de 2022, consagrando essa maioria disparada de Lula, caso sua candidatura se confirme. É nossa missão número um.

As companheiras e companheiros não jovens, cabe fortalecer a campanha Meu Primeiro Voto e a atuação da JPT nas suas cidades, estados, coletivos, organizações e instituições.

Só com a unidade do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em torno da Campanha Meu Primeiro Voto teremos as juventudes brasileiras protagonizando esse momento único de nossa história e no front da conquista do quinto mandato do povo. •

\* Secretária Nacional da Juventude do PT

# BICENTENÁRIO

1822 ..... 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA  
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

20  
anos

Centro  
Sérgio  
Buarque  
de Holanda  
Documentação e  
Memória Política  
Instituído em 2001



**COMITÊ  
POPULAR  
DE LUTA**



Saiba como criar um comitê  
[pt.org.br](http://pt.org.br)